



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



Ações & Compromissos 2005

419709811

1r
5
2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005

Ac. 5519
EX. 23440

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA
DOAÇÃO



CONTROLE INTERNO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2005

341.419x 09811
P2212
ex. 2



PRESIDENTE

Milton Augusto de Brito Nobre

VICE-PRESIDENTE

Yvonne Santiago Marinho

**CORREGEDORA DAS COMARCAS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Carmencin Marques Cavalcante

**CORREGEDORA DAS COMARCAS
DO INTERIOR**

Osmarina Onadir Sampaio Nery

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Milton Augusto de Brito Nobre

Yvonne Santiago Marinho

Carmencin Marques Cavalcante

Osmarina Onadir Sampaio Nery

Luzia Nadja Guimarães Nascimento

João José da Silva Maroja

Maria Rita Lima Xavier

Brígida Gonçalves dos Santos

DESEMBARGADORES

Climeniê Bernadette de Araújo Pontes

Yvonne Santiago Marinho

Albanira Lobato Bemerguy

Osmarina Onadir Sampaio Nery

Maria Helena D'almeida Ferreira

Maria Izabel de Oliveira Benone

Carmencin Marques Cavalcante

Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro

Sônia Maria de Macedo Parente

Milton Augusto de Brito Nobre

Geraldo de Moraes Corrêa Lima

Maria do Céu Cabral Duarte

Raimunda do Carmo Gomes Noronha

Rosa Maria Portugal Gueiros

Therezinha Martins da Fonseca

Rômulo José Ferreira Nunes

Eronides Sousa Primo

Luzia Nadja Guimarães Nascimento

João José da Silva Maroja

Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Raimundo Holanda Reis

Maria Rita Lima Xavier

Eliana Rita Daher Abufaiad

Brígida Gonçalves dos Santos

Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva

Constantino Augusto Guerreiro

Maria de Nazaré Gouveia dos Santos

Ricardo Ferreira Nunes

Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos

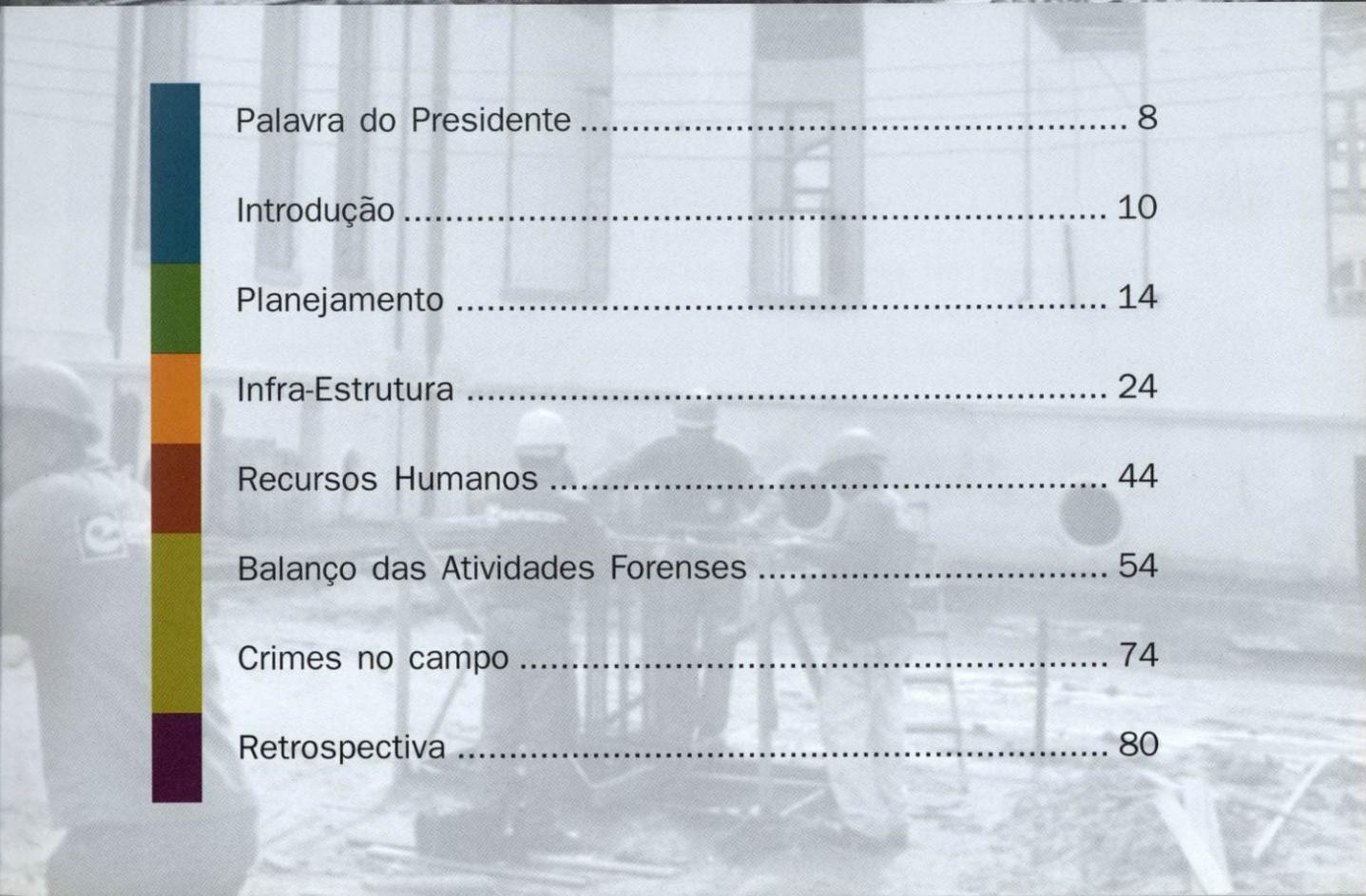
Leonardo Noronha Tavares

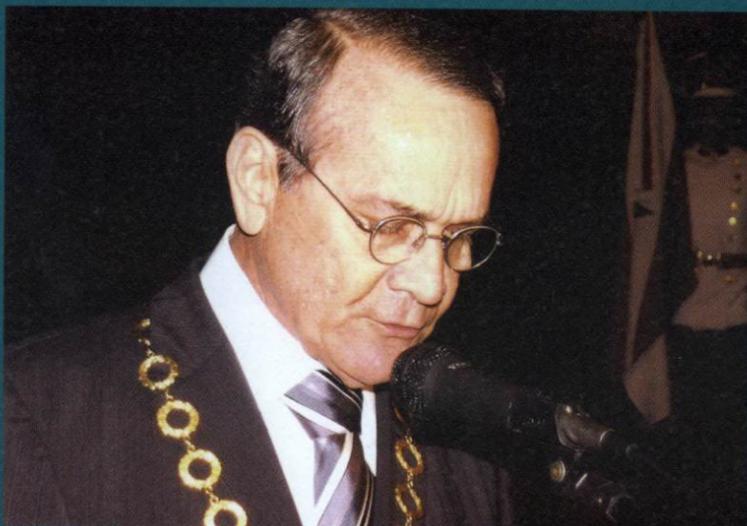
Instituto Lauro Sodré no "Álbum do Estado do Pará" mandado organizar pelo então governador Augusto Montenegro, em 1908. Será, a partir de 2006, o novo "Palácio da Justiça".

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 BIBLIOTECA DO TRIBUNAL SEDE



	Palavra do Presidente	8
	Introdução	10
	Planejamento	14
	Infra-Estrutura	24
	Recursos Humanos	44
	Balanço das Atividades Forenses	54
	Crimes no campo	74
	Retrospectiva	80





No momento em que assumi a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará estava convicto de que nada poderia ser realizado sem a concomitância de dois princípios básicos: a necessidade de que a administração estivesse alicerçada por um planejamento estratégico capaz de adequar, de modo racional e eficiente, a grande demanda de necessidades do Judiciário estadual aos limitados recursos orçamentários, bem como a plena adesão da magistratura paraense às metas e projetos a ela submetidos para discussão e aprovação, logo no início de meu mandato.

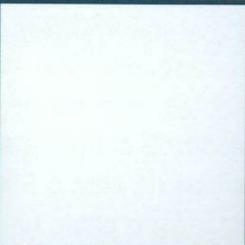
Enfatizei, desde a apresentação do Plano de Trabalho sugerido para o período 2005/2007, que as propostas formuladas tinham um caráter provisório, na medida em que se destinavam ao debate e à ampla reversibilidade. Adverti, igualmente, que o estabelecimento de uma “Agenda Mínima” tinha por escopo exclusivo os problemas do Poder Judiciário e não os problemas da justiça ou da magistratura, por serem os primeiros mais abrangentes e estes, por sua natureza corporativa, mais restritos.

Na conclusão do primeiro ano de mandato, apresento o Relatório de Gestão, com seus números, considerações e registros fotográficos. Por ele poderão ser observados os avanços, as conquistas, os compromissos cumpridos como, também, os projetos que estão por executar ou em fase de implementação. Tanto quanto constato que muito ainda necessita ser feito, tenho a consciência de que, conforme anunciei no discurso de posse, não poupei esforços nem considerei a extensão dos sacrifícios para dedicar toda a força de minha vontade e vigor de meu empenho objetivando conduzir a magistratura a bom termo, na luta pelo aperfeiçoamento da justiça em nosso Estado.

Desejo, agora, concentrar esforços em objetivos que, embora não descurados em 2005, exigem redobrada atenção no exercício entrante. Referimo-me à valorização da força de trabalho, para destacar a preocupação da Presidência com aqueles que são o principal patrimônio do Poder Judiciário: os seus servidores. Não hei de concluir meu mandato sem que estejam em execução o plano de cargos e salários, antiga reivindicação que ora está em elaboração articulada com o Sindicato da categoria; o plano de saúde para os funcionários; o plano habitacional e o concurso público cujo edital já estará publicado no mês de fevereiro.

O ano de 2006 representa o desafio da consolidação desses projetos, consolidação esta que poderia muito bem estar representada pela entrega, ao povo do Pará, de um novo Palácio da Justiça. Mas o seu coroamento mais importante será poder traduzir, em números consistentes, um atendimento mais célere aos jurisdicionados e garantir, com a firme presença do Judiciário, a paz e o desenvolvimento social.

Des. **Milton** Augusto de Brito **Nobre**
Presidente do TJE-PA



O ano de 2005 foi extremamente significativo para o TJE. Nele, lançamos as bases da transformação que precisa acontecer, no Judiciário paraense, com vistas à superação dos desafios apresentados, neste milênio, por uma democracia que avança a passos largos.

Em verdade, jamais o Brasil experimentou um momento como o atual: não apenas vivemos o mais longo período democrático de nossa história. Mas, principalmente, uma era em que o horizonte aponta para o aperfeiçoamento da democracia e o pleno exercício da Cidadania.

Bom para o Pará, bom para o País. Mas é preciso não perder de vista que essa configuração política implica, necessariamente, a construção de novos paradigmas institucionais, para que os cidadãos possam reconhecer, no Estado, uma estrutura a serviço dos reais interesses da sociedade como um todo.

Pobreza e desinformação, profundamente enraizadas nas abissais desigualdades brasileiras, marcam, ainda, a ferro e fogo, as regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Norte e Nordeste. São barreiras invisíveis à radicalização democrática, no sentido da efetiva e massiva participação dos cidadãos. No sentido da busca de um ideal que emergiu há 2.500 anos, na Grécia antiga, no qual o bem-estar cidadão era o centro das preocupações do indivíduo e cada cidadão era partícipe desse bem-estar.

É essa relação de dupla troca que precisa ser amplamente resgatada. Uma tarefa especialmente complexa, no Pará e na Amazônia, historicamente excluídos do processo decisório nacional, mesmo em se tratando de seu próprio destino. Daí a falta de concretização de obras essenciais para o desenvolvimento regional, como é o caso das eclusas de Tucuruí. Ou, ainda, a permanente exclusão do Pará da política preferencial de transportes rodoviários que vem adiando, ano após ano, a transferência dos recursos financeiros necessários para as sonhadas consolidações de eixos estratégicos como soem ser a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, que, mesmo inseridos nos orçamentos federais, sempre esbarram na vontade governamental para sua efetiva liberação.

Essa condição que nos exclui e marginaliza é, talvez, a face mais perversa de um duplo processo de colonização. Sob tal olhar, Pará e Amazônia continuam sendo mero almoxarifados de recursos naturais que se imaginam inesgotáveis. Ou, ainda, o grande "pulmão" do mundo, que redimirá as insanidades ambientais praticadas pelas nações desenvolvidas. Em ambos os casos, ao povo – ao nosso povo – resta apenas a pobreza, por vezes miséria extrema. A negação da Cidadania, como pressuposto da manutenção desse estado de coisas.



Infelizmente, forçoso é reconhecer que nem a própria Nação brasileira conseguiu, ainda, compreender a importância da utilização racional das riquezas amazônicas, para o próprio desenvolvimento nacional. Fosse diferente, não continuaríamos a assistir a repetição de políticas de ocupação equivocadas, que, historicamente, resultaram, apenas, na intensificação da pobreza, violência urbana, conflitos fundiários e selvagem destruição ambiental.

Uma convergência de fatores que, aliada a persistência de intensos fluxos migratórios, transformou as áreas longínquas em “pequenos feudos”, nos quais sequer os ideais republicanos conseguem penetrar. Trata-se de um contexto desafiador, no qual a eficiência do Judiciário é essencial até para a garantia de direitos elementares do ser humano, como são a vida, a liberdade e a integridade física. E que precisa ser observado, também, à luz da realidade internacional do conceito de judicialização da política, ainda pouco compreendido no Brasil, haja vista a falta de investimentos expressivos neste Poder, para que ele possa mediar, a contento, diversificados e crescentes conflitos sociais.

É essa compreensão que tem norteado a atuação do Judiciário paraense, nas várias etapas de um processo de modernização, iniciado em passado recente. E que atinge seu auge neste biênio, com o comprometimento de todo o seu corpo funcional. Porque, se antes magistrados e servidores atuávamos nesse sentido, mas na solidão de nossos gabinetes, hoje caminhamos unidos, na direção desse ideal.

O amálgama dessa convergência é o planejamento, ferramenta gerencial imprescindível à administração, principalmente na esfera pública, na qual é preciso, cada vez mais, maximizar a utilização dos recursos carreados da sociedade, para devolvê-los na forma de serviços realmente universais e de qualidade superior.

A eleição de um objetivo estratégico - a modernização e eficácia da prestação jurisdicional - permitiu não apenas definir as ações necessárias a essa conquista, mas, sobretudo, interligá-las, traçando etapas, detectando obstáculos e condições objetivas, em diferentes cenários de execução.

Com isso, foi possível superar a crônica falta de recursos financeiros do Judiciário paraense, para melhorar, modernizar e ampliar, na base geográfica, a prestação dos serviços que devolve aos cidadãos. Uma exigüidade de recursos, vale salientar, agravada pela crescente concentração de recursos tributários nas mãos da União e, conseqüentemente, na sua redução em favor dos estados, o que, ao fim e ao cabo, prejudica sua distribuição ao Poder Judiciário.

Para a consecução de seu macro-objetivo, o TJE atacou em duas frentes o entrave financeiro. De um lado, reduziu despesas, especialmente nas atividades



meio, padronizando e estabelecendo limites para esses gastos. Racionalizou, enfim, o custeio. Além disso, estabeleceu parcerias para o financiamento de despesas de forte impacto orçamentário, como é o caso dos gastos com inativos, compartilhados com o Poder Executivo Estadual. Na outra ponta, aumentou a receita própria, através da implementação de mecanismos mais eficazes para a gestão e controle desses recursos.

A ampliação da capacidade de financiamento, derivada, sobretudo, da austeridade fiscal, permitiu, ao TJE, investir, substancialmente, em dois pressupostos da materialização de seu objetivo estratégico: a reforma e ampliação da rede física e a aquisição de equipamentos e de tecnologias de informática, para as logísticas administrativa e de prestação de serviços. Assim, os investimentos em infra-estrutura alcançaram um patamar histórico. E permitiram avançar na conquista de um sonho antigo: a construção de uma nova sede para o Tribunal, com inauguração prevista para outubro de 2006.

Mas não é só. O aumento da capacidade financeira também possibilitou investir em recursos humanos, não apenas no aspecto da capacitação, mas, ainda, quanto à ampliação do número de magistrados e servidores - cujo déficit, como é sabido, é um dos principais indutores da morosidade processual. Temos 15 novos juizes substitutos, vitaliciamos 39 magistrados e renovamos o Pleno, com a posse de seis desembargadores. Nomeamos 90 funcionários e aprovamos concurso para o preenchimento de mais 400 cargos efetivos, no ano de 2006.

Todo esse esforço já começa a render bons frutos, na forma do crescimento de produtividade, especialmente na Justiça do 1º Grau e nos juizados especiais. Uma excelente notícia para os cidadãos, que também foram contemplados, neste ano, pelo Pleno do TJE, com resoluções de grande impacto social. Como, por exemplo, a extinção do Órgão Especial, a possibilitar que todos os 30 desembargadores atuem no julgamento desses feitos e a eliminar uma instância de julgamento, o que contribui para a celeridade processual. Igualmente importante, a extinção das varas de assistência judiciária ensejou a descentralização, para todas as varas cíveis, dos processos movidos pelos cidadãos mais pobres, resgatando, assim, a isonomia entre os jurisdicionados.

Cabe enfatizar que tais avanços só foram possíveis dado o compromisso de todos aqueles que fazem o cotidiano do TJE - desde o mais humilde serventuário até os desembargadores. Um compromisso que nasceu da democratização gerencial, a partir de um plano de trabalho elaborado coletivamente e que, por isso mesmo, também representa um marco na história deste Tribunal, e talvez, na história do Judiciário em todo o Brasil.

Superamos os tempos do improvisado, para avançar, decididamente, instalando competência técnico-judicial rumo à efetiva autonomia deste Poder. Temos ainda grandes desafios pela frente. Mas, com certeza, estamos muito mais próximos do ideal de Justiça que queremos oferecer ao Pará e ao povo paraense.





FRJ tem crescimento recorde em 2005

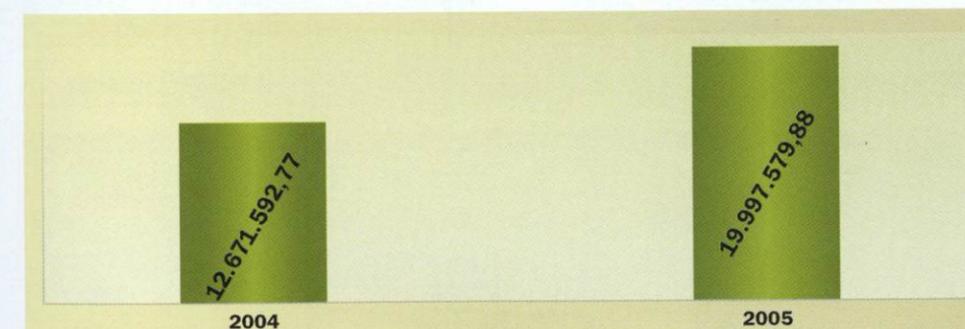
A arrecadação geral do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ) – a principal fonte de custeio do TJE - cresceu quase 58%, em 2005, atingindo R\$ 19,9 milhões, contra os R\$ 12,6 milhões registrados em 2004. A contenção das despesas correntes, aliada ao crescimento da receita, inclusive a proveniente do FRJ, permitiu realizar investimentos recordes na infra-estrutura do Poder Judiciário, renovar a frota de veículos e adquirir novos equipamentos e tecnologias de informática. Ou seja, o planejamento administrativo-financeiro foi o alicerce das conquistas que propiciaram, já neste ano, o resgate de alguns dos principais compromissos da Agenda Mínima 2005/2007.

Mas não é só. O aprimoramento dos mecanismos de controle sobre receitas e despesas permitiu, também, o pagamento de passivos trabalhistas, de natureza administrativa (escalonamento de magistrados e diferenças de adicional de tempo de serviço de funcionários relativos a anos anteriores), superiores a R\$ 10,9 milhões, além da concessão de um reajuste salarial, acima da inflação, para os servidores de nível médio. Foi possível, ainda, ajustar o teto da Magistratura ao estabelecido para o exercício 2004/2005, nomear novos magistrados e serventuários da Justiça, além de estender o auxílio alimentação aos funcionários cedidos e militares destacados para o Judiciário.

A performance administrativa do TJE torna-se ainda mais relevante quando se levam em conta as adversidades conjunturais que enfrentou, no decorrer deste ano. A principal foi a redução dos valores das transferências constitucionais repassadas aos Estados, pela União, com a conseqüente diminuição das cotas destinadas aos Judiciários Estaduais. Em tal cenário, o novo modelo de gestão assumiu um papel central. Porque, sem a contenção dos gastos correntes e o crescimento das receitas próprias, teria sido improvável investir pesadamente em infra-estrutura, financiar as ações institucionais e, ao mesmo tempo, assegurar o equilíbrio fiscal.

COMPARATIVO DA ARRECAÇÃO DO FRJ

MÊS	2004	2005	VARIAÇÃO %
TOTAL	12.671.592,77	19.997.579,88	57,81



Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial / SIAFEM
Nota 1: Valores realizados, inclusive os arrecadados pelos cartórios judiciais não estatizados.
Nota 2: Os valores de 2004 estão corrigidos a preço de nov/2005.

Receitas do fundo crescem

De criação recente, o Fundo de Reparcelamento do Judiciário (FRJ) possui várias fontes de receita. Mas as principais são as custas judiciais, a comercialização de selos de segurança, a Taxa de Fiscalização e a remuneração sobre aplicações financeiras. E todas apresentaram incrementos significativos, em 2005, que variaram de 25,4% a 90,58%.

Várias medidas contribuíram para esse desempenho. As mais importantes, a instituição do sistema de conta única, para os depósitos judiciais; a crescente informatização da cobrança das custas judiciais; a criação de dois novos tipos de selos de segurança; realização de correições, para a fiscalização dos atos notariais e registrais.

Custas Judiciais

A área de cobertura do Sistema de Arrecadação Judicial (SIAJU) foi significativamente ampliada, neste ano, permitindo, entre outros ganhos, consolidar a arrecadação informatizada em toda a Região Metropolitana de Belém. A ampliação contemplou sete comarcas e duas varas distritais: Marituba, Benevides, Marabá, Parauapebas, Santa Isabel, Barcarena e Tucuruí e Mosqueiro e Icoaraci. Nos gráficos demonstrados, a seguir, não constam os índices das Comarcas de Santa Isabel e Barcarena e dos distritos de Mosqueiro e Icoaraci pelo fato de ter sido o sistema implantado quase do final do exercício.

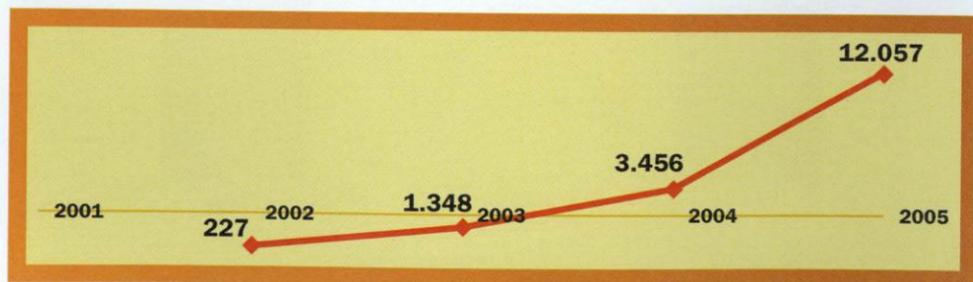
Nas comarcas que ainda realizam cobrança manual das custas judiciais, a implantação de boleto bancário, a partir de modelo da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, em julho deste ano, veio facilitar o pagamento, pelos jurisdicionados.

A ampliação do SIAJU e a simplificação da cobrança manual proporcionaram um aumento de 25,4% na arrecadação das custas judiciais, em relação ao ano anterior.

BENEVIDES

R\$ 1,00

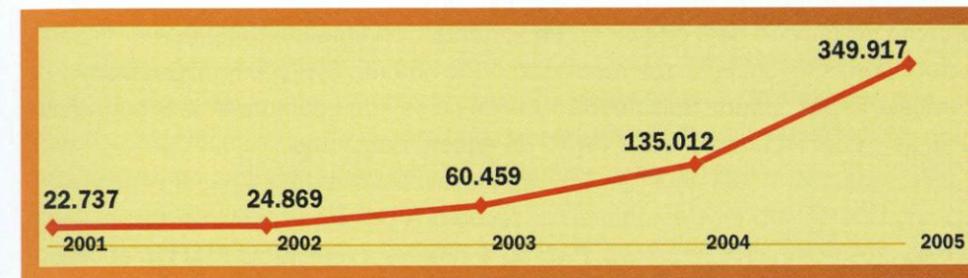
DESCRIÇÃO	R\$					%
	2001	2002	2003	2004	2005	2004/2005
BENEVIDES - 2005		227	1.348	3.456	12.057	248,9



MARABÁ

R\$ 1,00

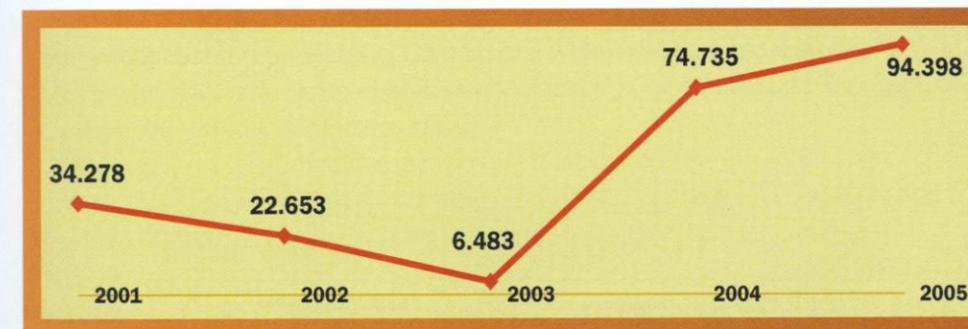
DESCRIÇÃO	R\$					%
	2001	2002	2003	2004	2005	2004/2005
MARABÁ - 2005	22.737	24.869	60.459	135.012	349.917	159,2



PARAUPEBAS

R\$ 1,00

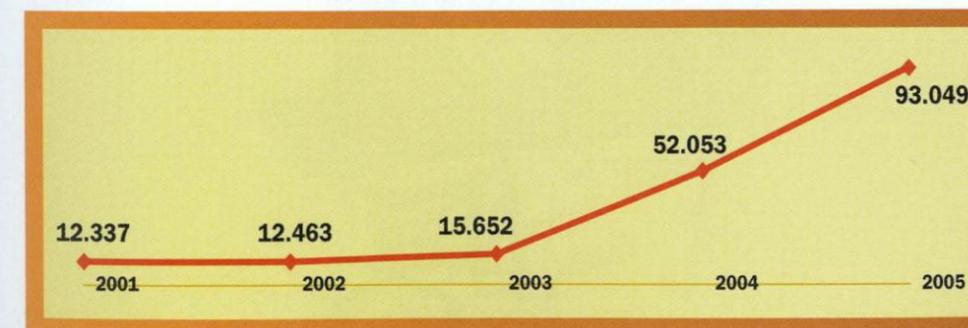
DESCRIÇÃO	R\$					%
	2001	2002	2003	2004	2005	2004/2005
PARAUPEBAS - 2005	34.278	22.653	6.483	74.735	94.398	26,3



TUCURUÍ

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	R\$					%
	2001	2002	2003	2004	2005	2004/2005
TUCURUÍ - 2005	12.337	12.463	15.652	52.053	93.049	78,8



Correições ajudam a incrementar a arrecadação

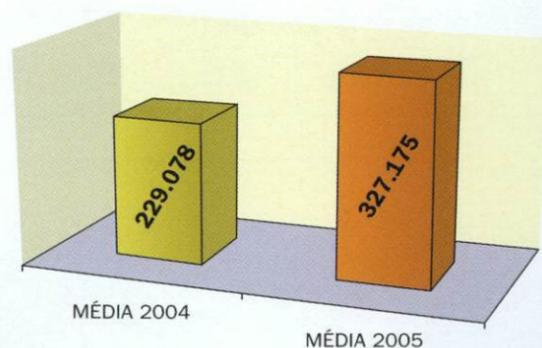
Na comercialização de selos de segurança, o crescimento foi de 31,83%. Um aumento propiciado pela edição do Provimento Conjunto 01/2005, das Corregedorias de Justiça, que modificou o Provimento 012/2001 – CGJ. Com a alteração, foram criados dois novos tipos de selos - de Escritura e de Procuração públicas – com vigência a partir de 15 de agosto deste ano.

Já a evolução média anual da Taxa de Fiscalização atingiu 43%, em 2005. A cobrança incide sobre os emolumentos recebidos pelos cartórios extrajudiciais, com os atos notariais e registrais. Passou a integrar a receita do FRJ em agosto de 2004. E, no decorrer deste ano, várias ações foram desenvolvidas, para melhorar o controle de arrecadação.

Entre elas, vale destacar: o recadastramento dos cartórios extrajudiciais; a especificação dos boletos de recolhimento por cartórios, com códigos individuais para as serventias; a realização de estudos, visando à informatização dos relatórios mensais dos cartórios, ao FRJ, com os dados necessários à apuração do montante devido; a fiscalização dos atos notariais e registrais, em conjunto com as corregedorias da Justiça - que determinaram, em algumas correições, a complementação do valor devido, a título de Taxa de Fiscalização.

2004	2005
R\$ 916.313,15	R\$ 3.926.094,00
MÉDIA 2004	MÉDIA 2005
R\$ 229.078	R\$ 327.175

TAXA DE FISCALIZAÇÃO



Conta Única: transparência nos depósitos judiciais

Uma das mais importantes ações do TJE, no ano de 2005, não apenas para o crescimento do FRJ, mas para a administração do Judiciário, foi a implementação do sistema de conta única, para os depósitos judiciais. Instituída pela Lei 6.750, de 19 de maio deste ano, a centralização do gerenciamento desses recursos, ampliou, significativamente, o controle e transparência das movimentações financeiras, com duplo ganho para os cidadãos: a maior segurança do dinheiro depositado em juízo, dada a impossibilidade de manipulação indevida, e o crescimento de recursos que ajudam a melhorar a prestação jurisdicional.

Para a coordenação, supervisão e administração da conta única, foi criado um núcleo específico vinculado à Secretaria de Planejamento do TJE. O BANPARÁ também adequou seu Sistema de Controle de Depósitos Judiciais à nova legislação, permitindo identificar e vincular esses depósitos aos respectivos processos, com o armazenamento de dados relativos às partes, depositantes e movimentações totais e parciais.

Um banco de dados interno, com controles específicos, foi desenvolvido pelo Tribunal, que também já instalou o sistema nas secretarias das Câmaras Cíveis Reunidas e do Fórum Criminal; nas comarcas de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santarém, Marabá, Castanhal e Altamira; nas varas distritais de Mosqueiro e Icoaraci; e nos juizados especiais do Consumidor da Trindade, do Cesupa, da Cidade Velha e do Jurunas.

O conjunto dessas medidas resultou em duas conquistas extraordinárias. A primeira foi o crescimento dos recursos provenientes de depósitos judiciais, sob o controle efetivo do Tribunal, que alcançaram, em 2005, aproximadamente R\$ 103.000.000,00, contra R\$ 39.825.482,09 em 2003 e R\$ 61.359.140,00 em 2004 – um acréscimo de 158,62% no triênio. A segunda, o incremento, em 90,58%, das receitas do FRJ que provêm da diferença entre o rendimento da poupança e as aplicações financeiras da conta única. Foi essa diferença, aliás, que financiou, em parte, a ampliação da infra-estrutura e a modernização tecnológica do Judiciário, em 2005.



Maior economia nos gastos correntes

Os investimentos recordes do TJE e a manutenção do equilíbrio fiscal não foram possibilitados, apenas, pelo crescimento das receitas. Maior importância teve o redimensionamento das despesas correntes e a busca de parcerias. Nesse sentido, uma das principais medidas foi o financiamento dos gastos com inativos e pensionistas, da ordem de R\$ 31.079.000,00, compartilhados com o Poder Executivo Estadual.

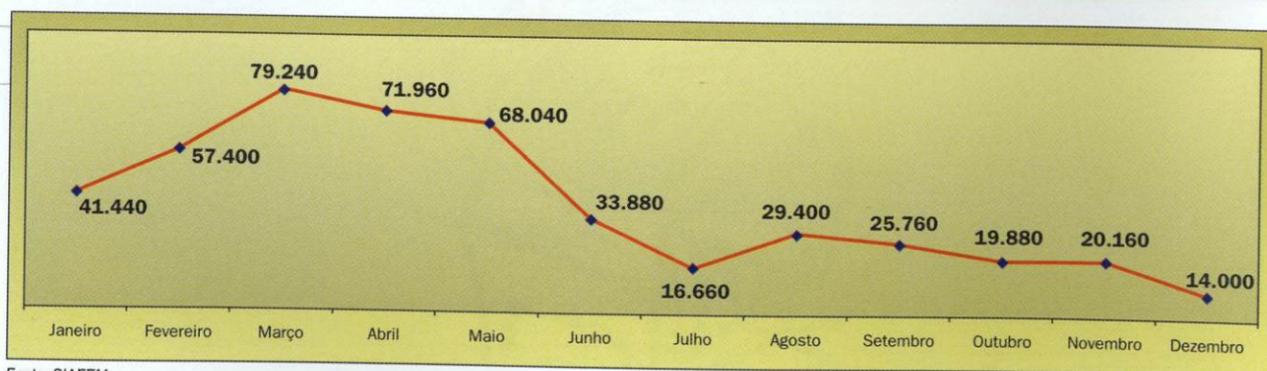
Já em relação à austeridade administrativa, foram várias as ações efetivadas. Elas tiveram início com a edição da Portaria nº 223/05 – GP, a Portaria de Contingenciamento, que estabeleceu parâmetros para a revisão dos gastos e adequação às previsões de financiamento. A poupança foi evidente, especialmente naquelas despesas de fluxo contínuo, os chamados “pequenos ralos” da administração pública. Nos gastos com diárias, por exemplo, a economia foi superior a 50%. Nas despesas com publicidade oficial, 66%.

Publicidade

De iniciativa da administração e por deliberação do Órgão Especial, através da Resolução nº 06/2005-GP, foram estabelecidas normas para publicações no Diário da Justiça. Entre elas, regulamentação das matérias a publicar, padronização do papel, espaçamento, margens, tamanho da fonte, alinhamento. A circulação do Diário também foi restringida às comarcas da Região Metropolitana de Belém, a partir da reestruturação do site do TJE, o que permitiu o acesso eletrônico ao periódico. Medidas simples, mas que reduziram, em média, 66% os gastos mensais do TJE com publicidade oficial.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PUBLICIDADE OFICIAL EXERCÍCIOS - 2005

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Imprensa Oficial	41.440	57.400	79.240	71.960	68.040	33.880	16.660	29.400	25.760	19.880	20.160	14.000	477.820



Fonte: SIAFEM

Diárias

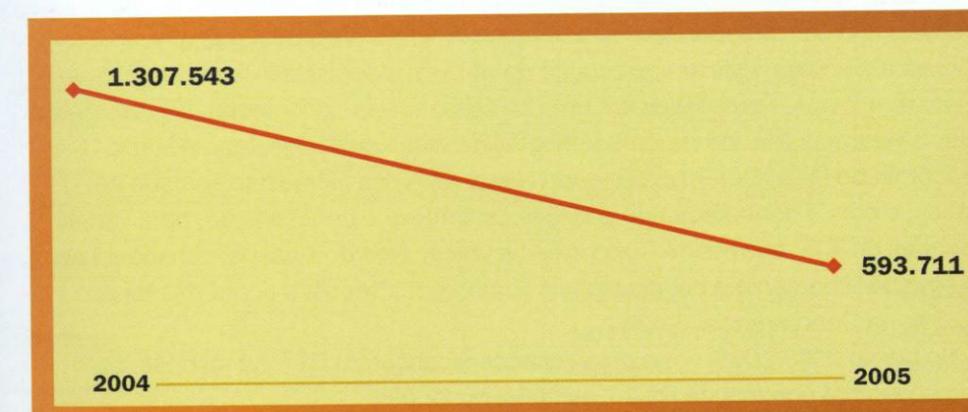
O valor das diárias dos magistrados, para participação em cursos, congressos, seminários e outros eventos, dentro e fora do estado, foi regulamentado pela Portaria 533/2005-GP, tendo-se, porém, o cuidado de não prejudicar essa participação, que é fundamental para a aquisição de novos conhecimentos.

Posteriormente, com as mudanças introduzidas pela Lei Federal 11.143, de 26/07/05, foi encaminhado anteprojeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado, fixando o valor das diárias da magistratura paraense, para representação em missões oficiais. A proposta contemplou, inclusive, pioneiramente, o valor dos deslocamentos para fora do país. E, também, a regulamentação da nova base de cálculo da ajuda de custo e substituição aos magistrados.

Tais medidas resultaram numa redução superior a 50% nos gastos com diárias, em 2005, em relação ao ano anterior.

EXERCÍCIOS - 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Diárias	1.307.543	593.711	54,59



NOTA : Valores a preços de novembro / 2005 - INPC

Suprimento de fundos

As despesas com suprimento de fundos, realizadas de forma descentralizada pelas 104 comarcas e juizados especiais, foram padronizadas. Levando-se em conta as despesas necessárias à realização das sessões do Tribunal do Júri. Mas, também, o redimensionamento dos gastos ordinários, em média, em 7.5%.

Economia atinge mais de R\$ 1,3 milhão em licitação e contratos

A economia média do TJE, nos processos licitatórios, alcançou, em 2005, quase 11%, o que corresponde, em termos nominais, a mais de R\$ 1,3 milhão. Ou seja: conseguiu-se poupar, nas licitações, o equivalente aos recursos administrados, ao longo dos últimos 12 meses, para a manutenção de instalações e equipamentos e as reformas parciais na estrutura física, que beneficiaram a capital e 46 municípios do interior.

Para esse desempenho, contribuiu, especialmente, a ampliação da competitividade, propiciada pelos pregões presenciais e pela reformulação do site do TJE, que simplificou o acesso aos editais. Os recursos efetivamente contratados atingiram R\$ 11,1 milhões, contra os R\$ 12,4 milhões inicialmente orçados, para a aquisição de bens, serviços e materiais e para reformas e construções. As maiores economias foram registradas no fornecimento de selos de segurança (73,80%), serviços de conexão à Internet (64,21%), locação de vigilância eletrônica (57%), manutenção de elevadores (49,21%) e manutenção de aparelhos de ar condicionado (45,08%).

Sozinha, a modalidade Pregão Presencial respondeu por um barateamento superior a R\$ 673 mil - ou mais da metade dos recursos poupados - enquanto que, na modalidade convencional (Tomadas de Preços, Concorrências e Convites) a economia ficou em R\$ 661 mil. No entanto, em termos relativos, a poupança, nas licitações convencionais (11,57%), superou o alcançado nos pregões (9,97%).

Ao todo, foram concluídas, neste ano, 34 licitações. Em apenas seis, os valores adjudicados superaram as estimativas iniciais. Vale destacar que, em alguns casos, para agilizar a execução de obras e a aquisição de serviços, optou-se por reunir vários processos em uma só licitação. Isso aconteceu, por exemplo, com as reformas dos fóruns de São Miguel do Guamá, Pacajá, Igarapé-Açu, Concórdia do Pará, Ourém e Santarém Novo, reunidas na mesma Tomada de Preços; e com a contratação de serviços de limpeza e conservação, para várias unidades do TJE, através de Concorrência única. Nos dois casos, conseguiu-se agregar barateamento à celeridade: na Tomada de Preços, a economia foi de 18,53%; na Concorrência, 5,42%.

No biênio 2003/2004, os valores licitados alcançaram R\$ 12,2 milhões, com uma economia nominal de R\$ 2,7 milhões, ou 22,09%.

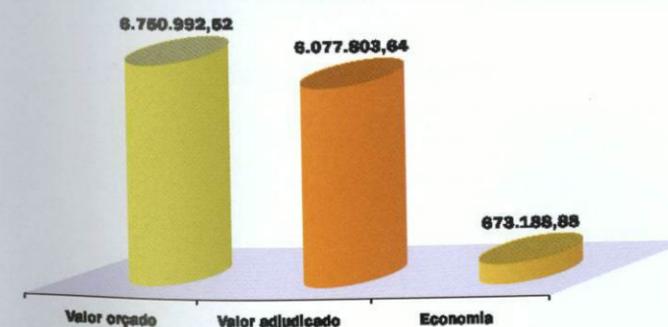
RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES CONCLUÍDAS

Ordem	Objeto	Modalidade	Valor orçado	Valor adjudicado	Economia (R\$)	Economia (%)
1	Fornecimento de selos registrais e notariais	Pregão presencial 001/05	332.500,00	87.115,00	245.385,00	73,80%
2	Aquisição de açúcar	Pregão presencial 002/05	10.140,00	10.140,00	0,00	0,00%
3	Serviço de conexão à internet	Tomada de preços 001/05	120.000,00	42.952,80	77.047,20	64,21%
4	Serviço de manutenção de elevadores	Tomada de preços 002/05	43.710,00	22.200,00	21.510,00	49,21%
5	Fornecimento de passagens aéreas	Pregão presencial 003/05	587.635,44	587.635,44	0,00	0,00%
6	Aquisição de equipamentos de informática	Pregão presencial 004/05	277.500,00	263.377,00	14.123,00	5,09%
7	Serviços de limpeza e apoio administrativo	Concorrência 001/05	1.739.919,90	1.645.576,95	94.342,95	5,42%
8	Reforma dos fóruns das comarcas de São Miguel do Guamá, Pacajá, Igarapé-Açu, Concórdia do Pará, Ourém e Santaém Novo	Tomada de Preços 003/05	671.663,10	547.212,90	124.450,20	18,53%
9	Mobiliário - Curuçá, Moju e Pacajá	Convite 05/2005	44.000,00	49.980,00	5.980,00	-13,59%
10	Desenvolvimento de aplicativo informatizado	Convite 06/2005	50.000,00	52.364,00	2.364,00	-4,73%
11	Construção do Fórum de Jacareacanga	Tomada de preços 05/05	312.807,47	282.354,90	30.452,57	9,74%
12	Construção do Fórum de Acará	Tomada de preços 06/05	277.061,95	203.027,55	74.034,40	26,72%
13	Material de Expediente	Pregão presencial 006/05	655.462,00	506.720,00	148.742,00	22,69%
14	Aquisição de 01 veículo	Pregão presencial 007/05	165.000,00	161.297,00	3.703,00	2,24%
15	Aquisição de No-breaks	Pregão presencial 008/05	22.500,00	14.985,00	7.515,00	33,40%
16	Equipamento de informática	Pregão presencial 009/05	695.000,00	708.319,00	13.319,00	-1,92%
17	Reforma dos Fóruns Igarapé e Cahoeira	Tomada de preços 007/05	341.535,08	295.650,74	45.884,34	13,43%
18	Reforma do Fórum Criminal II	Tomada de preços 09/05	1.195.891,50	1.134.103,24	61.788,26	5,17%
19	Reforma do Fórum e Residência de A. Corrêa	Convite 007/05	65.354,23	63.134,85	2.219,38	3,40%
20	Aquisição de Mobiliário	Convite 009/05	79.978,00	54.651,00	25.327,00	31,67%
21	Manutenção de Condicionador de Ar	Tomada de preços 010/05	190.000,00	104.348,00	85.652,00	45,08%
22	Locação de Fotocopiadora	Pregão presencial 010/05	240.000,00	160.200,00	79.800,00	33,25%
23	Locação de Vigilância Eletrônica	Pregão presencial 011/05	36.000,00	15.480,00	20.520,00	57,00%
24	Aquisição de veículos	Pregão presencial 012/05	1.502.000,00	1.516.076,20	14.076,20	-0,94%
25	Aquisição de motocicleta	Pregão presencial 013/05	82.155,00	82.155,00	0,00	0,00%
26	Reforma do Fórum de Santa Izabel	Convite 013/2005	145.064,93	144.530,82	534,11	0,37%
27	Aquisição Mobiliário - Concórdia e S. M. Guamá	Convite 014/2006	76.960,00	58.015,50	18.944,50	24,62%
28	Aquisição de Impressos	Convite 015/2005	71.430,00	45.410,00	26.020,00	36,43%
29	Serviço de Vigilância Armada	Pregão presencial 014/05	836.525,76	730.200,00	106.325,76	12,71%
30	Serviço de Agente de Portaria	Pregão presencial 015/05	493.222,32	462.480,00	30.742,32	6,23%
31	Aquisição de Mobiliário - Fórum Criminal	Tomada de preços 011/05	136.000,00	172.127,00	36.127,00	-26,56%
32	Serviços de Motorista e Motociclista	Pregão Presencial 017/05	815.352,00	771.624,00	43.728,00	5,36%
33	Aquisição de 2 Veículos Utilitários	Convite 017/2005	72.000,00	74.200,00	2.200,00	-3,06%
34	Aquisição de mobiliário (várias comarcas)	Tomada de Preços 012/05	84.000,00	64.173,92	19.826,08	23,60%
Quantidade de Pregões		15				
Quantidade de Licitações Convencionais		19				
Total	Pregão		6.750.992,52	6.077.803,64	673.188,88	9,97%
	Licitação Convencional		5.717.376,16	5.056.014,17	661.361,99	11,57%
TOTAL GERAL		34	12.468.368,68	11.133.817,81	1.334.550,87	10,70%

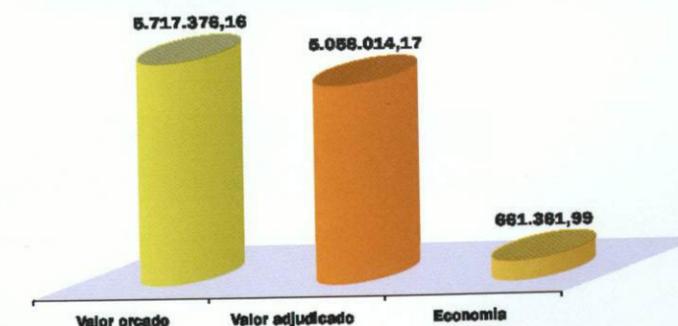
LICITAÇÕES EM GERAL



PREGÃO



LICITAÇÃO CONVENCIONAL





Maquete com a vista posterior do anexo do Palácio da Justiça, em construção

Obras

INVESTIMENTOS ULTRAPASSAM R\$ 4,8 MILHÕES

Em 2005, os investimentos na estrutura física do TJE experimentaram um incremento expressivo: foram mais de R\$ 4,8 milhões em construções, reformas e ampliações, contra os R\$ 2.601.369,20 do exercício anterior. Ou seja: a média anual de investimentos mais que triplicou.

Tamanho esforço financeiro permitiu avançar, significativamente, no resgate dos compromissos da Agenda Mínima 2005/2007: a construção da nova sede; a instalação do fórum criminal, na capital, com capacidade para 35 varas penais; o aumento do número de comarcas instaladas no Estado; a construção, reforma e/ou ampliação de fóruns, nas comarcas existentes.

Além da mobilização de recursos próprios, a parceria com prefeituras interioranas também contribuiu para a melhoria das instalações judiciárias, condição fundamental para elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Graças a esses dois fatores, a população paraense ganhará, em 2006, duas novas comarcas, cuja construção foi iniciada em 2005: Jacareacanga e Canaã dos Carajás.

De um modo geral, o total de recursos destinados, pelo TJE, à estrutura física cresceram – e muito – em 2005. Foram R\$ 6.106.144,33 milhões, entre investimentos e manutenção. Um incremento em torno de 2,5 vezes, na média anual de disponibilidade financeira.

Com isso, foi possível, também, atender às demandas de 46 comarcas e instalações da capital, por serviços de manutenção, reparos e reformas parciais.

DEMONSTRATIVO GERAL

Finalidade	Recursos (R\$)
Construções	3.219.485,69
Reformas e Ampliações	1.583.688,90
Manutenção e Serviços Diversos	1.302.969,74
TOTAL	6.106.144,33

Resultantes Físicas

Área Reformada	5.645,17 m ²
Área Incorporada	11.141,27 m ²

*neste quantitativo esta incluído o anexo do Complexo Lauro Sodré
Fonte: Secretaria de Administração Coordenadoria de Engenharia e Manutenção • Dados atualizados até 09/12/2005.

CONSTRUÇÕES

Dos R\$ 4.803.174,59 investidos em 2005, R\$ 3.219.485,60 foram destinados a construções: o anexo Lauro Sodré, Fórum Criminal- II, da capital, e os fóruns do Acará e de Jacareacanga.

ANEXO - PALÁCIO DA JUSTIÇA

Edificação de 8.411,49 m², em quatro pavimentos, onde serão instalados os gabinetes dos desembargadores, as corregedorias da Região Metropolitana e do Interior, assessorias e serviços de apoio. Será interligado ao prédio do antigo Instituto Lauro Sodré, na avenida Almirante Barroso, doado pelo Governo do Estado, para abrigar a nova sede do TJE.

Imponente, em estilo neoclássico, o prédio histórico foi inaugurado em 1872. Sediou o Instituto de Artífices do Pará e, posteriormente, o Colégio Lauro Sodré. Após a reforma e readaptação executada pelo Governo do Estado, abrigará plenários, salão nobre, Presidência, Vice-Presidência, secretarias e áreas administrativas.

Já o anexo, está sendo erguido com recursos próprios do TJE, administrados pela Secretaria Executiva de Obras Públicas (Seop). Nele, o Tribunal investiu, neste ano, R\$ 1,6 milhão. Para 2006, estão previstos, além da conclusão da obra, a aquisição de mobiliários e equipamentos.

Vale salientar que a construção da nova sede do Tribunal é um dos principais pontos da Agenda Mínima 2005/2007. Primeiro, dado o impacto que terá nas condições de trabalho de desembargadores e servidores, bem como no atendimento oferecido aos advogados, promotores, defensores e cidadãos em geral.

Ao contrário da sede atual, as novas instalações oferecerão conforto e funcionalidade, fatores importantíssimos para o incremento da produtividade, qualidade e eficácia dos serviços devolvidos aos contribuintes.

Além disso, o remanejamento do Tribunal para uma sede mais adequada, permitirá fazer frente à crescente demanda e facilitará, inclusive, o acesso aos usuários, da capital e do interior. De igual forma, possibilitará a expansão do Fórum Criminal da capital, com a reforma e adaptação da sede atual, para abrigar 10 varas criminais – que virão somar-se às 25 existentes.

Hoje, os Juízos e Secretarias do Fórum Criminal operam em condições adversas, em prédio acanhado e sofríveis condições de segurança. A reforma e adaptação da atual sede do TJE, para abrigar a expansão do Fórum Criminal, está prevista para 2006.

FÓRUM CRIMINAL II

Outra importante obra de 2005 está sendo executada no prédio destinado ao Fórum Criminal II, na capital, onde funcionarão quatro varas criminais. Trata-se de um antigo galpão, com 80% de sua área total construída pelo TJE. Um investimento de R\$ 1.134.103,24, para 1.415,70m² de construções.



No Anexo IV, adquirido em 2005, funcionam a Comissão Permanente de Licitações, o Serviço Social e as Comissões de Inquérito.

NOVAS COMARCAS

O esforço financeiro e a parceria com prefeituras permitirão, ao TJE, a instalação de mais duas comarcas interioranas, em Jacareacanga e Canaã dos Carajás, além da construção do novo fórum do Acará e da reforma e ampliação do fórum de Gurupá – todas com inauguração prevista para 2006.

Assim, das três novas comarcas previstas para instalação neste ano, pela Agenda Mínima 2005/2007 – entre elas Jacareacanga e Canaã –, a única que não pôde ser viabilizada, ainda, foi a de Ipixuna do Pará.

Em **Jacareacanga**, os investimentos na construção do fórum, para a instalação da Comarca, alcançaram R\$ 282.354,90. Os 275m² de área construída estão sendo executados com recursos próprios (100%) do TJE.

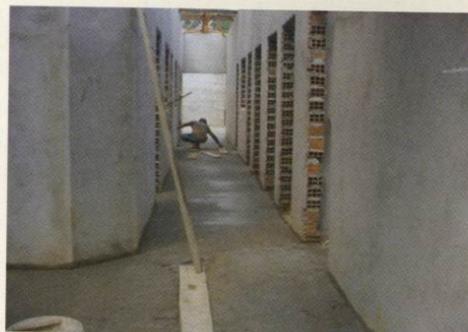
No **Acará**, R\$ 203.027,55 em investimentos, também com recursos próprios, estão permitindo a construção de um novo fórum para a Comarca. O antigo, todo em madeira, foi demolido, para dar lugar às novas instalações, que ficam prontas em 2006. O novo fórum do Acará terá 275m² de área construída.

Em **Canaã dos Carajás**, convênio com a Prefeitura local permitirá, já em 2006, a instalação da Comarca. O Fórum, com 420,38 m² de área construída, é erguido com recursos da Prefeitura, que também doou o terreno, de 50X50 metros. Não há ônus para o Tribunal.

Em **Gurupá**, outra obra em parceria: a reforma dos 220 m² do fórum, mais ampliação de 217,70 m², com a construção do salão do Júri, sala da guarda, protocolo, secretarias e almoxarifado. As obras são financiadas e executadas pela Prefeitura, sem ônus para o Tribunal.

RECURSOS PRÓPRIOS DO TJE
 TOTAL EM CONSTRUÇÕES: R\$ 3.219.485,69
 ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA: 10.377,19 m²

COMARCA	OBRA	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
BELEM	Construção do Anexo ao complexo Lauro Sodré	8.411,49	1.6000.000,00	Em andamento
BELEM	Fórum Criminal II	1.415,70	1.134.103,24	Em andamento
ACARÁ	Construção do Fórum	275,00	203.027,55	Em andamento
JACAREACANGA	Construção do Fórum e instalação de Comarca	275,00	282.354,90	Em andamento



Antes e durante o andamento das obras de construção do Fórum da Comarca de Acará

CONVÊNIOS (SEM ÔNUS PARA O TJE)
 ÁREA REFORMADA: 220 m²
 ÁREA INCORPORADA: 638,08 m²

COMARCA	OBRA	ÁREA (m ²)	RECURSOS	SITUAÇÃO
CANAÃ DOS CARAJÁS (Comarca a ser instalada)	Construção do Fórum	420,38	Prefeitura	Em andamento
GURUPÁ (Comarca existente)	Reforma e ampliação do Fórum	Reforma: 220,00 Ampliação: 217,70	Prefeitura	Em andamento

REFORMAS E AMPLIAÇÕES

Em 2005, o Tribunal investiu mais de R\$ 1,5 milhão na reforma e/ou ampliação dos fóruns e residências oficiais de 12 Comarcas. As áreas reformadas atingiram 5.425,17 m²; as ampliadas, 126,00 m². Das 12 obras, cinco já foram concluídas.

REFORMAS: R\$ 1.583.688,90

COMARCA	OBRA	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	FONTE	VALOR (R\$)	ESTÁGIO
AFUÁ	Reforma geral do fórum.	415,00	TJE	102.993,47	Em andamento
AUGUSTO CORRÊA	Reforma do fórum e da residência oficial	507,50	TJE	63.134,85	Concluída
CACHOEIRA DO ARARI	Reforma geral e ampliação do fórum	320,00	TJE	193.868,97	Em andamento
CONCÓRDIA DO PARÁ	Reforma geral e ampliação do fórum.	324,48	TJE	107.130,44	Concluída
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Reforma e ampliação do fórum	547,54	TJE	101.145,45	Concluída
IGARAPÉ-ACÚ	Reforma geral do fórum, construção do gabinete do Juiz e sala da guarda, com celas	542,38 Reforma: 46,00 Ampliação:	TJE	132.652,02	Em andamento
IGARAPÉ-MIRI	Reforma geral do fórum	363,00	TJE	110.003,10	Em andamento
OURÉM	Reforma geral do fórum e construção da sala do Júri	212,64 Reforma: 80,00 Ampliação:	TJE	165.769,87	Em andamento
PACAJÁ	Reforma geral do Fórum e da residência oficial	734,64	TJE	171.810,43	Em andamento
SALINÓPOLIS	Reconstrução do fórum	406,56	TJE	191.482,48	Concluída
SANTA IZABEL	Reforma geral do fórum	692,50	TJE	144.530,82	Em andamento
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	Reforma geral do fórum	358,93	TJE	99.167,12	Concluída



AUGUSTO CORRÊA



DEPOIS



CACHOEIRA DO ARARI



EM ANDAMENTO



CONCÓRDIA DO PARÁ



DEPOIS



CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA



DEPOIS



IGARAPE AÇU



EM ANDAMENTO



IGARAPÉ MIRI



EM ANDAMENTO



OURÉM



EM ANDAMENTO



PACAJÁ



EM ANDAMENTO



SALINÓPOLIS



DEPOIS



SÃO MIGUEL DO GUAMÁ



DEPOIS



SANTA ISABEL DO PARÁ



EM ANDAMENTO

PEQUENAS OBRAS E MANUTENÇÕES

Na manutenção de instalações e equipamentos e na execução de reformas parciais, isentas de licitação, foram administrados R\$ 1.302.969,74. Desse total, R\$ 458.385,99 atenderam às demandas de 46 municípios interioranos, além da aquisição de material de construção, elétrico, telefônico e hidrossanitário, para diversas comarcas. Na capital, os recursos somaram R\$ R\$ 844.853,75.

INTERIOR

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS
ANAJÁS	Reforma parcial (fórum)
ANANINDEUA	FÓRUM: Reparos na cobertura, split, extintores, instalações elétricas e lógicas. JUIZADO ESP. DE ANANINDEUA: Cobertura e instalações elétricas. JUIZADO ESP. DO PAAR: Reforma, para adaptação do novo imóvel.
ABAETETUBA	Aquisição de materiais elétricos (fórum).
ALTAMIRA	Reforma nas instalações elétricas (Vara Agrária).
AURORA DO PARÁ	Aquisição de materiais de pintura (fórum).
BAIÃO	Pintura (fórum).
BARCARENA	Aquisição de materiais e retelhamento (fórum).
BRAGANÇA	Aquisição de materiais e reforma (Residência oficial).
BUJARU	Confecção de grades de ferro
CAPITÃO POÇO	Pintura e revisão na instalação elétrica (fórum).
CASTANHAL	Revisão em central de ar condicionado e instalações elétricas, persianas e Esquadrias, aquisição de materiais e reforma (fórum e residência oficial).
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Aquisição de materiais, para calçada (fórum).
CONCÓRDIA DO PARÁ	Confecção de armário em madeira (fórum).
CURIONÓPOLIS	Aquisição de materiais de construção (fórum).
CURUÇÁ	A aplicação de películas (fórum).
GARRAFÃO DO NORTE	Aquisição de bomba centrífuga (fórum).
GURUPÁ	Aquisição de materiais e reforma (residência oficial).
IGARAPÉ - MIIRI	Revisão em divisórias e instalações elétricas (fórum).
ITAITUBA	Manutenção em aparelhos de ar condicionado (fórum).
JACUNDÁ	Aquisição de persianas e materiais de construção (fórum).
MÃE DO RIO	Reforma na cobertura e revisão em bombas injetoras (fórum).
MARABÁ	Aquisição de materiais de construção, mobiliários, persianas, esquadrias, Projeto de drenagem, manutenção em centrais de ar condicionado (fórum).
MARAPANIM	Pintura e reparo em calçada (fórum).
MARITUBA	Impermeabilização de calha (fórum).
MOJU	Serviços de marcenaria e pintura (fórum).
MONTE ALEGRE	Mobiliários (fórum).
NOVA TIMBOTEUA	Aquisição de mat., Const. do telhado, pintura e lavagem da caixa d'água (fórum).
NOVO PROGRESSO	Confecção de grades de ferro (fórum).
PARAUPEBAS	Instalação de divisória (fórum).
PACAJÁ	Aquisição e instalação de PABX e louças sanitárias (fórum).
PRIMAVERA	Confecção de grades de ferro (fórum).
RIO MARIA	Pintura, esquadrias, cerca elétrica, reboco (fórum).
SALINÓPOLIS	Aquisição de materiais elétrico, divisórias, instalação de PABX e mobiliários (fórum).
SANTANA DO ARAGUAIA	Aquisição de materiais e pintura (fórum e residência oficial).
S. FRANCISCO DO PARÁ	Instalação de cerca elétrica e reforma de banheiro (fórum).
STO ANTÔNIO DO TAUÁ	Aquisição de materiais de construção, splits, grades de ferro e reforma (fórum).

CAPITAL

LOCAL	SERVIÇOS EXECUTADOS
PRÉDIO SEDE E ÁREAS ADMINISTRATIVAS	Aquisição e instalação de arco detector de metais, marcenaria, impermeabilização de cobertura, instalações elétricas, hidro-sanitárias, reformas em geral.
ARQUIVO GERAL	Aquisição de materiais de construção, compressor, serviços diversos.
ARQUIVO TJE NOVAS INSTALAÇÕES	Projetos estrutural e de sistema de refrigeração, com consultoria técnica.
ANEXO I	Aquisição de peças de reposição, revisão no sistema de refrigeração, desmontagem e divisórias.
ANEXO II	Aquisição e instalação de arco detector de metais e materiais para central de ar.
ANEXO III TJE	Aquisição de forro, pintura de paredes e marcenaria.
ANEXO IV TJE	Aquisição e montagem de divisórias.
ALMOXARIFADO TJE	Execução de serviços em cobertura, infiltrações e bomba elétrica.
CORREGEDORIA DO INTERIOR	Aquisição e montagem de divisórias, serviço de reforço estrutural.
ESCOLA DA MAGISTRATURA	Aquisição de compressor p/ split 12.000 btu's.
FÓRUM CRIMINAL	Manutenção nas centrais de ar, revisão nas instalações elétricas, lógicas, hidráulicas, reformas em geral, pintura interna e externa
FÓRUM CÍVEL	Aquisição de materiais de construção, reformas em diversos gabinetes, manutenção de elevadores e de ar condicionado.
GARAGEM DO TJE	Construção de cobertura e confecção de esquadrias.
JUIZADO ESPECIAL DA CIDADE VELHA	Aquisição e instalação de persianas.
JUIZADO ESPECIAL DO CONSUMIDOR	Aquisição e instalação de split 18.000 btu's.
JUIZADO ESPECIAL DO JURUNAS	Aquisição de materiais de construção
JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO	Aquisição de materiais e pintura geral.
24ª VARA CÍVEL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Aquisição de materiais, revisão elétrica e na cobertura, pintura, confecção de grades de ferro.
OUIDORIA AGRÁRIA	Recuperação de esquadrias, marcenaria.
SERVIÇO MÉDICO	Aquisição e instalação de persianas.
FÓRUM DISTRITAL DE ICOARACI	Instalação de divisórias
FÓRUM DISTRITAL DE MOSQUEIRO	Adaptação de espaço para celas e depósito.
TJE E ANEXOS	Aquisição de materiais, pintura em geral, revisão elétrica, hidráulica, peças Para centrais de ar condicionado.

OBRAS PARA 2006

Além da conclusão do anexo Lauro Sodré e de melhorias nos Fóruns Cível e Criminal, estão programadas, para 2006, construções, reformas e ampliações em 19 municípios, definidos a partir de solicitação da Corregedoria do Interior e de vistorias técnicas do Departamento de Engenharia.

Com a construção de novos fóruns, serão beneficiadas as comarcas de Bonito, Juruti e Vigia, esse último através de convênio com a Prefeitura. Já as reformas atingirão os fóruns de Alenquer, Bujarú, Chaves, Garrafão do Norte, Irituia, Oeiras do Pará, Salvaterra, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Tailândia, Tomé-Açu e Tucumã. Também estão previstas a reconstrução do fórum de Redenção, a reforma e ampliação em Primavera e a pintura geral do fórum de Medicilândia.

Na capital, haverá a ampliação e adaptação da atual sede do TJE, para funcionamento do Fórum Criminal, e melhorias no Fórum Cível, com instalação de nova rede de cabeamento lógico, forro paraline e iluminação de áreas de circulação.



Maquete, em perspectiva com a vista posterior do anexo do Palácio da Justiça, em construção

OITENTA VEÍCULOS NOVOS, PARA A CAPITAL E O INTERIOR

Além de melhorias na rede física, o incremento da disponibilidade financeira possibilitou, também, a aquisição de 81 veículos automotores pelo TJE, para a renovar e reforçar a frota existente, na capital e no interior.

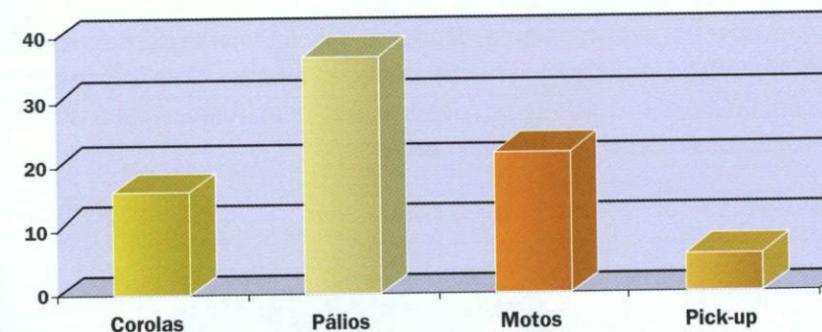
Através de contratos de locação, foi possível, ainda, investir na modernização de equipamentos essenciais ao trabalho de juizes e servidores. É o caso das 22 máquinas copiadoras, que vieram substituir maquinários antigos. Também, dotadas da função de impressoras em rede, permitem agilizar mesmo a confecção de relatórios extensos.

Outro investimento importante foi a aquisição de novas centrais telefônicas para as Comarcas de Salinópolis, Moju, Tucuruí, Abaetetuba, Capitão Poço, Xinguara, Vara Agrária de Altamira e Vara Distrital do Mosqueiro. Para o Tribunal, será adquirida, através de processo licitatório já em andamento, nova plataforma eletrônica de comutação digital.

Com tecnologia mais moderna, a nova central permitirá ampliar e melhorar os serviços de telecomunicações, para fazer face à crescente demanda dos cidadãos por informações judiciais: ao longo de 2005, o TJE recebeu quase 50 mil chamadas, através de sua central de PABX – ou seja, excluídas as ligações realizadas para linhas diretas.

Ano 2005 (81 veículos novos)

Corolas	Pálíos	Motos	Pick-up
16	37	22	6



Inventário

Levantamento inédito vai melhorar controle e regularização patrimonial

Uma das mais importantes iniciativas do TJE, neste biênio, é o primeiro inventário patrimonial do Judiciário, em todo o estado do Pará. Trata-se de iniciativa inédita, na história deste Poder, e que é essencial para o efetivo controle de bens móveis e imóveis, adquiridos com dinheiro público. Entre março e dezembro de 2005, o levantamento já atingiu 71 comarcas, além das varas distritais do Mosqueiro e Icoaraci, devendo ser concluído até agosto de 2006.

Dada a sua amplitude, o inventário está propiciando não apenas o tombamento dos bens do Judiciário, mas, também, a informatização dos dados colhidos in loco. Isso é fundamental para a rápida localização de móveis e equipamentos e o controle de entrada e saída desses bens. No caso dos imóveis que abrigam fóruns e residências oficiais, o levantamento permite melhor conhecer o estado de conservação e a situação legal em que se encontram.

Os números já apurados permitem prever um aumento extraordinário dos bens móveis registrados pelo TJE. Na Comarca de Prainha, por exemplo, onde só havia 16 itens catalogados, foram detectados 102. O mesmo aconteceu em Faro (16, contra 100) e Oriximiná (8, contra 95).

Através do inventário será possível, também, indicar as situações que requerem providências objetivando a regularização da documentação de propriedade de alguns imóveis pertencentes ao Judiciário.

Ainda quanto aos imóveis, foi possível constatar que, em algumas comarcas, a residência oficial se encontra inabitável, obrigando a locação de outro prédio para esse fim, provocando, evidentemente, despesas absolutamente desnecessárias. E esse é outro uso do inventário: subsidiar decisões futuras sobre a eventual recuperação, ou até alienação, de um determinado bem. Além, é claro, de ensejar a regularização patrimonial do Judiciário paraense.



LEVANTAMENTO PATRIMONIAL / IMOBILIÁRIO

FÓRUM	RES. OFICIAL	SITUAÇÃO DO IMÓVEL	RES. ALUGADA
Abaetetuba	01	Desocupado	01
Augusto Corrêa	01	Desocupado	Não possui
Acará	01	Ocupado	
Alenquer	01	Ocupado	Não possui
Ananindeua	Não possui	-	Não possui
Aurora do Pará	Não possui	-	01
Barcarena	01	Ocupado	
Benevides	Não possui		Não possui
Bonito	02	Ocupado	Não possui
Bragança	02	Ocupado	
Bujaru	Não possui		Não possui
Breu Branco	Não possui		Não possui
Conceição do Araguaia	Não possui		02
Cachoeira do Arari	01	Desocupado (inabitável)	
Concórdia do Pará	01	Ocupado	
Curuçá	Não possui		Não possui
Castanhal	01	Desocupado	04
Capanema	01	Ocupado	01
Capitão Poço	Não possui		01
Dom Eliseu	01	Ocupado	Não possui
Faro	01	Ocupado	Não possui
Garrafão do Norte	01	Ocupado	Não possui
Vara de Icoaraci	Não possui		Não possui
Itupiranga	01	Ocupado	
Igarapé-Açu	Não possui		Não possui
Igarapé-Miri	01	Ocupado	
Irituia	Não possui		01
Itaituba	02	Ocupado	
Marabá	01	Desocupado	03
Mãe do Rio	01	Ocupado	
Maracanã	01	Ocupado	
Marapanim	01	Ocupado	
Marituba	Não possui		Não possui
Vara do Mosqueiro	Não possui		Não possui
Moju	01	Ocupado	
Monte Alegre	01	Desocupado (inabitável)	01
Novo Repartimento	Não possui		01
Nova Timboteua	01	Ocupado	
Óbidos	01	Ocupado	Não possui
Oriximiná	01	Ocupado	Não possui
Ourém	01	Ocupado	
Ourilândia do Norte	01	Ocupado	
Ponta de Pedras	01	Ocupado	
Peixe-Boi	01	Ocupado	
Primavera	Não possui		01
Pacajá	01	Ocupado	
Paragominas	01	Ocupado	01
Prainha	01	Ocupado	
Rio Maria	01	Ocupado	
Redenção	01	Desocupado (inabitável)	02
Rondon do Pará	01	Ocupado	Não possui
Santa Luzia do Pará	Não possui		01
Salvaterra	01	Ocupado	
Soure	01	Ocupado	
Santa Isabel do Pará	Não possui		Não possui
Santa Maria do Pará	01	Ocupado	
Santarém Novo	Não possui		Não possui
São Miguel do Guamá	02	Desocupados	02
Santo Antonio do Tauá	01	Ocupado	
São Caetano de Odivelas	01	Ocupado	
São Domingos do Capim		Não possui	Não possui
São Francisco do Pará		Não possui	Não possui
Santana do Araguaia	01	Ocupado	
Santarém	01	Ocupado	07
Salinópolis	01	Ocupado por funcionário	
Terra Santa	Não possui		01
Tucumã	01	Ocupado	
Tucuruí	01	Desocupado	02
Tomé-Açu	01	Ocupado	
Ulianópolis	Não possui		Não possui
Vigia	01	Ocupado	
Viseu	01	Ocupado	
Xinguara	01	Ocupado	

informática

Ferramenta básica de gestão

O ano de 2005 trouxe, também, o aprimoramento da informatização do TJE. Não apenas quanto a investimentos financeiros, mas, principalmente, na articulação das ações e projetos para o setor. O leque de possibilidades das novas tecnologias foi explorado em duas vertentes: quanto à velocidade e democratização das informações e como ferramentas básicas de gestão.

Graças a isso, foi possível simplificar, agilizar e dar maior transparência às ações judiciais, garantindo mais qualidade à prestação de serviços e aproximando o TJE da sociedade. E além de significativa economia de custos, como, por exemplo, nas publicações oficiais e licitações, ampliar a arrecadação de recursos financeiros, através de novos mecanismos de gerenciamento.

O avanço da informatização do TJE é um dos principais pontos da Agenda Mínima 2005/2007.

Implantação do SIJE

O TJE também concluiu a Implantação do Sistema de Juizados Especiais (SIJE), nos juizados do Jurunas, Cidade Velha e Mosqueiro. A conclusão de infraestrutura elétrica e lógica e a instalação de link de comunicação, para a implantação do sistema, encontra-se em fase de conclusão nos demais juizados. A disseminação do SIJE traz, como principal benefício, a integração e padronização de dados e procedimentos, nas reclamações feitas aos juizados especiais, bem como a ampliação das informações disponíveis via Internet.

Comunicação de Dados

Um link de comunicação de dados, instalado neste ano, permitiu a interligação das varas distritais de Icoaraci e Mosqueiro e das comarcas de Marituba, Benevides, Marabá, Parauapebas, Santa Izabel, Barcarena, Tucuruí, Paragominas e Redenção.

Links são canais exclusivos para o tráfego de informação; linhas diretas que permitem a rápida transmissão mesmo de arquivos pesados, como é o caso daqueles que contêm imagens. São fundamentais para a integração das comarcas, uma vez que propiciam o acesso às informações em tempo real, além de facilitar a sua constante atualização.

A integração do Judiciário Paraense, que é uma das metas do biênio 2005/2007, passa pela interligação das comarcas, como forma de prover a infraestrutura necessária à implantação de serviços e acesso à internet.

Portal

Justiça ao vivo é pioneira no País

Uma das grandes conquistas do TJE, em 2005, na área da informática, foi a remodelação do Portal do Judiciário. O destaque é o novo serviço de transmissão, ao vivo, das sessões do Plenário e do Tribunal do Júri. Trata-se, aliás, de uma iniciativa pioneira no Brasil: em Goiás, o Judiciário dispõe de serviço de transmissão, mas, apenas, de áudio; em Minas, há um canal de videoconexão, semelhante à teleconferência. Só o TJE possibilita, o acompanhamento das sessões em tempo real, através de som e imagem.

O serviço, que está sendo aperfeiçoado para a ampliação dos canais, ajuda a familiarizar a população com o cotidiano do Tribunal. É importante, inclusive, para o acompanhamento de fatos de grande impacto social, como, por exemplo, foi o julgamento dos acusados pelo assassinato da missionária Dorothy Stang. Os três mil canais de transmissão via Internet, disponibilizados para esse julgamento, registraram mais de 10 mil acessos, do Brasil e de outros 14 países (Ver quadro na página 75 deste relatório).

Inovação igualmente importante é o sistema Push, ou aviso eletrônico. Ele consiste na remessa de e-mails, com informações detalhadas acerca do andamento de processos, a advogados e cidadãos em geral previamente cadastrados. Isso diminui a necessidade de deslocamento ao Tribunal, desafogando as secretarias judiciais, uma vez que os interessados são rapidamente avisados sobre quaisquer movimentações processuais: despachos, tramitações externas, protocolados, mandados, etc... Mais de 2.500 pessoas já estão cadastradas nesse serviço, que já encaminhou 15.237 mensagens eletrônicas.

Além de simplificar as consultas ao andamento dos processos de 1º e 2º graus e juizados especiais, inclusive com o sistema Push, o novo site possibilita, ainda, a leitura online do Diário de Justiça e das notícias do Judiciário. Através do Sistema de Licitações online, ele também facilitou o acesso aos editais, assegurando maior transparência e competitividade a esses processos.

Dos serviços em construção, vale salientar a intranet, o protocolo administrativo integrado e o Mapa do Judiciário, que trará informações diversas sobre cada comarca, a partir de interface baseada no mapa político do estado. Ou seja, as mudanças iniciadas em 2005 e que prosseguem em 2006, vêm consolidando o site como importante ferramenta de prestação de serviços à sociedade.



Diário da Justiça online

Também previsto na Agenda Mínima, o serviço foi implantado em parceria com a Imprensa Oficial do Estado. Disponível diária e simultaneamente com a versão impressa, agiliza o acesso às decisões publicadas, mesmo aos municípios mais distantes. Modernas ferramentas de busca permitem, inclusive, a consulta a edições anteriores. Facilita a localização de processos, já que a consulta pode ser feita através dos nomes das partes ou dos advogados. Ajudou a padronizar o formato dos documentos publicados e a reduzir a tiragem da versão impressa, bem como os custos com publicidade oficial.

SAPXXI

O Tribunal concluiu a implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos (SAPXXI), do 1º Grau, e do Sistema de Arrecadação, nas varas distritais de Icoaraci e Mosqueiro, na Justiça Militar do Estado e nas comarcas de Marituba, Benevides, Marabá, Parauapebas, Santa Izabel, Barcarena e Tucuruí. Cabe enfatizar que a consolidação do sistema, na RMB e nos principais pólos, permite atender a 70% da demanda do Judiciário no Pará.

A ampliação não apenas tornou acessíveis, via Internet, as informações dos processos que tramitam nessas varas e comarcas: também agregou funcionalidades importantes, como é o caso da produção automática de documentos, para atender as secretarias judiciais. Além disso, foram feitos ajustes, para a área criminal, nos módulos de protocolo, histórico da parte, controle de armas, central online de mandados de prisão e unificação da certidão de antecedentes criminais.

As modificações no sistema permitiram, ainda, implementar novas estratégias de zoneamento, na distribuição de mandados judiciais. Abrangeram as mudanças na assistência judiciária e a criação de módulos de acompanhamento de processos de execução fiscal, para atender o convênio entre o TJE e a Secretaria Municipal de Finanças (Sefin).

Já a implantação do Sistema de Arrecadação, em paralelo com o SAPXXI, propiciou, em 2005, um incremento significativo no Fundo de Reparcelamento do Judiciário - FRJ.

No 2º Grau, as inovações do SAP contemplaram a implementação do módulo para as sessões de julgamento, e os ajustes necessários à integração com o Diário da Justiça on-line. O sistema foi implantado nos gabinetes de desembargadores e foram desenvolvidos novos módulos, para os quiosques de consulta e o registro de acórdãos e jurisprudência. Além da celeridade e transparência às informações de processos em grau de recurso e ações originárias, o aperfeiçoamento do SAP, no 2º Grau, contribuiu para desafogar o trabalho nas secretarias judiciais.

A adaptação e implementação do sistema, para as comarcas de 1ª Entrância, avançaram significativamente em 2005 e serão estendidas a todo o estado, a partir de janeiro de 2006.

Aquisição de computadores

O TJE adquiriu, neste ano, mais 273 microcomputadores, 109 impressoras a laser e 23 servidores de rede e banco de dados. A aquisição permitiu uma ampliação de 15% dos equipamentos disponíveis, além da atualização tecnológica. A distribuição dos equipamentos foi realizada em conformidade com o planejamento das ações e projetos definidos.

Penhora Eletrônica

Foi efetivada a divulgação, cadastramento, suporte e treinamento dos magistrados para a implantação do sistema BACEN/JUD, que agiliza o bloqueio e desbloqueio de contas bancárias, a partir de ordens judiciais. O sistema também facilitará as comunicações de decretação de falência, pedidos de informações sobre aplicações e outros dados de clientes do sistema financeiro.

Terminais de consulta

Seis terminais de consulta foram instalados no prédio do Tribunal, nos fóruns Cível e Criminal de Belém, no fórum da Comarca de Ananindeua, na Defensoria Pública e no Shopping Center Iguatemi. Permitem acessar informações de processos que tramitam no 1º e 2º graus e juizados especiais. A descentralização facilitou o acesso e contribuiu para reduzir o fluxo de advogados e cidadãos em geral, nas secretarias judiciais.



Terminal de consultas no Shopping Iguatemi



Terminal de consultas no hall do Prédio Sede do Tribunal de Justiça

Documentação

Preservação da história jurídica é destaque em 2005

O resgate da memória jurídica paraense foi uma das grandes metas do TJE, em 2005, na área da Documentação e Informação. O intenso trabalho desenvolvido, inclusive com a colaboração de uma técnica do Museu Nacional, possibilitou o fichamento e catalogação de 16 documentos do século XIX, enviados pela Comarca de Ourém, e a leitura, interpretação e tombamento de 33 processos, dos séculos XIX e XX. Uma importante vitória para a preservação do patrimônio histórico paraense, na área do Direito. Um ganho extraordinário, para o conjunto dos cidadãos. A execução de um trabalho dessa envergadura mobilizou recursos humanos e materiais. Cinco bibliotecárias e um analista de sistema foram contratados, para a revisão e complementação de dados inseridos na base bibliográfica. Uma técnica do Museu Nacional, ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, efetuou a análise do valor do acervo da biblioteca, para a memória das ciências jurídicas, com recomendações para assegurar a integridade física desse patrimônio.

A Biblioteca Desembargador Antônio Koury – que além de atender ao público em geral, oferece suporte bibliográfico aos juízes e funcionários do Tribunal e, inclusive, realiza pesquisas para as comarcas e outros tribunais - colocou à disposição dos usuários, através do Serviço de Processamento Técnico, 180 títulos para consulta e empréstimos e 298 exemplares de livros.

O Serviço de Referência atendeu 1.325 usuários e efetuou mais de 1.700 empréstimos e devoluções de documentos. Também foram registrados 1.848 acessos, para pesquisa jurídica via internet. Desses, 1.250 para a comarca da capital e 598 para as comarcas do interior; 660 pesquisas em livros e periódicos e 503 em diários oficiais e de Justiça. Já o serviço de Referência Legislativa cadastrou mais 1.904 normas.

Foram também analisados 4.235 acórdãos e indexados 2.006. A pesquisa de jurisprudência registrou 256 usuários, inclusive do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. E o Arquivo do TJE registrou o recolhimento de 24.047 processos e buscas a 1.887 processos, das quais apenas 44 não foram localizados. O arquivo ainda atendeu 13 pesquisadores, das universidades federais do Pará e de São Paulo. A aquisição de dez microcomputadores, três impressoras a laser, um terminal de consulta, uma leitora óptica, uma impressora cupom, entre outros, permitiu renovar os equipamentos disponíveis, para os serviços de documentação e informação do Tribunal.

PROCESSOS RECOLHIDOS	QUANTIDADE
Cartórios Cíveis (Capital)	13.951
Cartórios Penais	10.096
TOTAL	24.047

Série Perfis

CHRISTO ALVES É O HOMENAGEADO

O desembargador Manoel de Christo Alves Filho foi o 12º homenageado da série "Perfil dos Magistrados", que resgata a história dos grandes nomes do Judiciário paraense. Ex-presidente do TJE, Christo Alves exerceu a Magistratura por 46 anos. O lançamento do número 12 dessa importante coleção foi, também, um dos pontos altos do TJE, em 2005, na área da Documentação e Informação.

Outro importante evento foi a exposição, realizada em agosto, para marcar a Semana do Advogado. Promovido pelo Museu do Judiciário, em parceria com a OAB/PA e a Defensoria Pública do Estado, o evento brindou o público com uma mostra documental do acervo do Museu, material fotográfico e painéis informativos sobre o papel dos advogados, ao longo da história.



Escola da Magistratura

Atualização e treinamento para juízes e servidores

Ao longo de 2005, a Escola Superior da Magistratura promoveu um total de 35 cursos, beneficiando juízes e servidores do TJE. Destaque para o XIV Curso de Preparação à Carreira da Magistratura, bem como o de Adequação à Estrutura e Funcionamento do Poder Judiciário, dirigido aos juízes substitutos. Secretários do TJE também receberam treinamento específico, realizado em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos.

Em sua maioria, os cursos promovidos pela Escola da Magistratura proporcionaram a atualização dos participantes em diversas áreas do Direito. Mas foram ministrados, ainda, treinamentos e atualizações nas áreas de Informática, Etiqueta Profissional e Marketing Pessoal. Para janeiro de 2006, já estão programados cinco novos cursos, um deles sobre as novas regras de aposentadoria do servidor público.



CURSOS REALIZADOS EM 2005

EVENTO	DATA
XIV Curso de Preparação à Carreira da Magistratura	14/02 a 13/12/2005
Atualização em Direito Civil	21/03 a 27/06/2005
Noções Básicas de Direito Eleitoral	28/03 a 01/04/2005
Principais Inovações do Direito Empresarial	11 a 15/04/2005
Temas Atuais do Direito Administrativo	18 a 20/04/2005
Noções Básicas de Direito Eleitoral	02 a 06/05/2005
Processos Administrativos Disciplinares	16 a 20/05/2005
Atualização em Excel	14 a 18/03/2005
Temas Importantes de Processo Civil	23 a 25/05/2005
As Inovações da Emenda Constitucional nº 45 e o Controle Constitucional	13 a 17/06/2005
Atualização em Excel	28/03 a 01/04/2005
Treinamento do SIPIA – INFOINFRA	26 e 27/04/2005
Treinamento do SIPIA – INFOADOTE	28 e 29/04/2005
Etiqueta Profissional e Marketing Pessoal	02 a 6/05/2005
O Juiz de Direito Substituto: Adequação à Estrutura e ao Funcionamento do Poder Judiciário	09 a 25/05/2005
Treinamento para Diretores de Secretaria	10/05 a 23/06/2005
Principais Alterações Processuais Cíveis Provenientes da Emenda Constitucional 45, de 8.12.2004	28,29 e 30/06/2005
Atualização em Word Básico e Intermediário	06 a 10/06/2005
Etiqueta Profissional e Marketing Pessoal	13 a 17/06/2005
Etiqueta Profissional e Marketing Pessoal	27 a 30/06/2005
Hermenêutica dos Direitos Fundamentais	26 e 27/09 e 03, 05, 06/10/2005
Reforma do Poder Judiciário	17 a 19/10/2005
Prática de Sentença Civil (Setembro – Noite)	12 a 16/09/2005
Prática de Sentença Penal (Setembro – Noite)	19 a 23/09/2005
Direito Penal e Constituição: Uma análise dos postulados do Estado Democrático de Direito	28,29 e 30/09 e 04/10/2005
Treinamento em Informática – Word	12 a 16/09/2005
Prática de Sentença Penal (Outubro-Tarde)	17 a 21/10/2005
Prática de Sentença Civil (Outubro-Tarde)	03 a 07/10/2005
Direito Agrário	07 a 11/11/2005
Introdução ao Direito Ambiental	31/10 e 01, 03, 04/11/2005
Temas Importantes do Direito do Consumidor	25 a 27/10/2005
Temas Atuais do Direito Administrativo	21 a 25/11/2005
Atualização em Processo Penal	21, 25 e 26/11/2005
Teoria Geral do Crime	28/11 a 02/12/2005
Reforma do Poder Judiciário	07 a 10/11/2005

Política de valorização aumenta eficiência do Tribunal

Nomeação de novos servidores, reajuste salarial acima da inflação, treinamento sistemático, aprovação de concurso público para 400 cargos efetivos, em vias de realização: foram vários os benefícios alcançados, em 2005, pelo corpo funcional do TJE, a partir da implementação de uma política de valorização dos recursos humanos. A iniciativa veio somar-se ao conjunto de medidas adotadas, ao longo do ano, nas áreas financeira, tecnológica e estrutural, para aumentar a eficiência das atividades desenvolvidas em favor da sociedade. Um conjunto ordenado, viabilizado, sobretudo, pelo planejamento das ações.

De um modo geral, a política de valorização dos recursos humanos do Tribunal enfatizou a gestão participativa, como forma de conjugar os esforços de magistrados e servidores em torno dos macro-objetivos do biênio 2005/2007. Investiu-se, ainda, na formação profissional, nas áreas técnica e comportamental. E buscou-se atenuar um dos fortes indutores de morosidade do Judiciário paraense: a insuficiência de pessoal.

Ao todo, 90 servidores foram nomeados em 2005, entre diretores e auxiliares de Secretaria, auxiliar judiciário e oficiais de Justiça, para o preenchimento de vagas nos fóruns Cível e Criminal da capital, juzizados especiais e comarcas interioranas. As nomeações ocorreram a partir da convocação de candidatos aprovados nos concursos públicos de 2001 e 2002. As vagas supridas ou foram criadas, ou surgiram por meio de vacâncias decorrentes de exoneração, aposentadoria e falecimento.

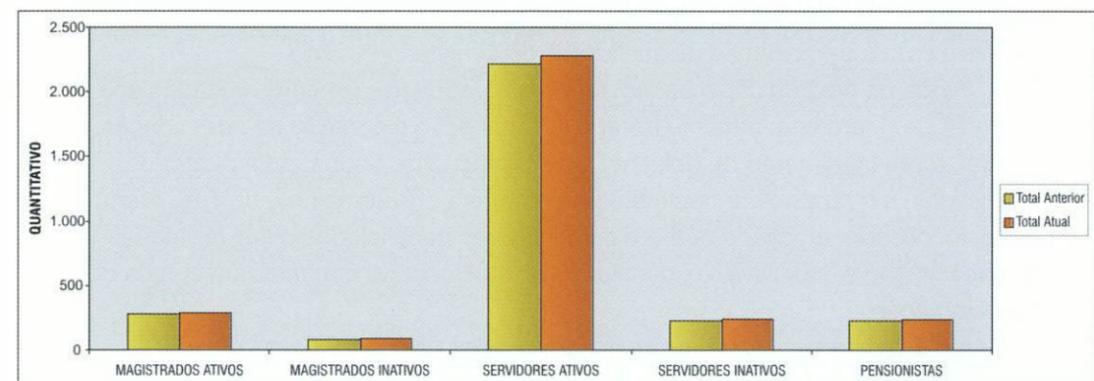
Já no final do ano, em 17 de novembro, o Pleno aprovou, através da Resolução 020/2005, a realização de concurso público, em 2006, para 400 cargos efetivos.

NOMEAÇÕES DE CONCURSADOS - 2005

CARGOS	1ª ENTRÂNCIA	2ª ENTRÂNCIA	3ª ENTRÂNCIA	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
Diretor de Secretaria	30	22	01	0	53
Auxiliar de Secretaria	05	04	08	12	29
Auxiliar Judiciário	0	0	0	01	01
Oficial de Justiça	02	03	01	01	07
TOTAL	37	29	10	14	90

DEMONSTRATIVO GERAL ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - BIÊNIO 2004/2005

PESSOAL	Total Anterior	Nomeados Concursados	Nomeados Comissionados	Cedidos	Afastamentos Diversos*	Inativos Pensionistas	Total Atual
MAGISTRADOS ATIVOS	280	16			(13)		283
MAGISTRADOS INATIVOS	84				(6)	10	88
SERVIDORES ATIVOS	2.218	89	51	23	(96)		2.285
SERVIDORES INATIVOS	230				(10)	16	236
PENSIONISTAS	226					2	228
TOTAL	3.038	105	51	23	(133)	25	3.120



* Aposentadorias, falecimentos, exonerações, demissões, etc.

QUADRO FUNCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO POSIÇÃO EM DEZEMBRO 2005

MAGISTRADOS	
Desembargadores	30
Juizes de 3ª Entrância	50
Juizes de 2ª Entrância	77
Juizes de 1ª Entrância	50
Juízes Substitutos	68
Juízes Togados	2
Pretores	6
TOTAL	283
CAPITAL	
Servidores	1.040
Serventuários	284
TOTAL	1.324
INTERIOR	
Servidores	449
Serventuários	512
TOTAL	961
INATIVOS	
Magistrados	88
Servidores / Serventuários	236
TOTAL	324
TOTAL GERAL	2.892

Treinamento Comportamental

O treinamento comportamental foi uma das novidades incluídas na área de capacitação do TJE, tendo em vista a importância das relações interpessoais para um bom ambiente de trabalho e o desempenho profissional. A matéria passou a integrar o treinamento de novos servidores e magistrados, para auxiliar no processo de adaptação ao cotidiano do Judiciário. E veio contribuir, também, para a implantação das mudanças destinadas a modernizar a instituição, ajudando a ultrapassar as dificuldades eventualmente criadas por práticas laborais arraigadas. O treinamento atingiu, também, as comarcas interioranas e contou, inclusive com a participação de servidores do Ministério Público.

Ainda na área de capacitação, foram efetuados treinamentos voltados aos diretores de Secretaria, para melhorar a coordenação e controle da arrecadação judicial, o preenchimento de boletins, a alimentação de dados, para relatórios estatísticos, e o próprio conhecimento da estrutura organizacional do TJE. Além disso, foi possível ampliar o número de servidores beneficiados pelas atividades de capacitação e, inclusive, o quantitativo de funcionários que realizam cursos de especialização.

Cento e oitenta servidores foram encaminhados para cursos, nas áreas comportamental, operacional e técnica, ministrados pela Escola de Governo do Estado, contra os 74 encaminhados em 2004. O TJE também participou de eventos promovidos pela Escola, como, por exemplo, a Mostra de Corais e a Feira de Talentos.



Levantamento sócio-econômico objetiva implantar plano habitacional

Na área dos benefícios trabalhistas, uma das principais medidas adotadas pelo TJE foi a inclusão, nos contra-cheques, dos valores pagos aos servidores, a título de auxílio transporte. A medida racionalizou esse pagamento, que, através de tickets, mobilizava uma sala e um servidor.

O TJE também efetuou levantamento sócio-econômico, abrangendo 615 servidores, para a implantação do seu programa habitacional. E deu prosseguimento aos estudos objetivando a implantação de um plano de saúde, para magistrados, servidores e familiares. Tais projetos são de grande importância para melhorar a própria condição de vida de muitos dos cidadãos que trabalham no Judiciário, em todo o Pará.

Objetivando, também, essa melhoria o Tribunal promoveu a VII Semana de Saúde e Qualidade de Vida do Poder Judiciário, cujo tema central foi a busca do equilíbrio para uma vida melhor. Durante o evento, foi realizado um trabalho preventivo, na área da saúde física e mental.

Outra medida importante foi o levantamento da situação funcional dos servidores e dos cargos vagos existentes no TJE. Isso viabilizou a elaboração da nova nomenclatura e a reorganização dos grupos de cargos, condições importantes para a efetivação do concurso público previsto para o ano que vem.

Já o cadastramento do pecúlio judiciário atingiu 2.200 servidores, cujos dados poderão, agora, ser informatizados, facilitando eventuais alterações.

Em 2005, também foi concluída a atualização e informatização de mil pastas funcionais da capital, bem como a informatização e atualização parcial de 90% das pastas funcionais do interior.

Porém, uma das mais importantes conquistas, na área trabalhista, foi o reajuste salarial concedido aos servidores, em níveis acima da inflação. Os percentuais atingiram 10%, para os cargos de nível médio, e 7%, para o nível superior. A concessão do reajuste foi decidida em agosto, na mesma época da aprovação do anteprojeto que dispõe sobre os subsídios dos magistrados. O anteprojeto atualizou o escalonamento constitucional, a partir do reajuste concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal.



Serviço Odontológico

Quase 18 mil procedimentos

Quase 10 mil pessoas foram atendidas, em 2005, pelo Serviço Odontológico do TJE, entre magistrados, servidores e dependentes. Foram, no total, 17.977 procedimentos, além de agendamento de consultas e outras atividades. Os serviços oferecidos também foram ampliados, com a inclusão de tratamentos de canal.



Total de pacientes atendidos	9966
Consultas	1100
Curativos	600
Restaurações de resina	5980
Radiografias	1400
Extrações	550
Capeamento Pulpar	38
Taratarotomias	1780
Profilaxias	1430
Forramentos	793
Aplicações de flúor	1840
Conserto de próteses	40
Acesso Radicular	88
Assentamentos	20
Remoção de pontos de sutura	400
Drenagem de abscesso	90
Selante	1787
Obturação de canal	41
Total de trabalhos executados	17977

Serviço Médico investe na prevenção

Além da enfermagem e medicina curativa, o Serviço Médico do TJE também desenvolveu, em 2005, atividades voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças. Avaliou o estado de saúde de candidatos classificados em concursos públicos e atestados externos, para fins de licença médica; periciou funcionários, para concessão de licenças superiores a 60 dias; opinou por readaptação funcional; propôs aposentadoria por invalidez e periciou servidores e magistrados, para subsidiar a concessão de isenção de Imposto de Renda e de contribuição previdenciária. Realizou 55 exames de prevenção do câncer cérvico-uterino às funcionárias e dependentes legais; atendeu, em caráter de urgência, funcionários, magistrados e, ainda, presos de justiça que compareceram a audiências, assim como transeuntes que circularam nas dependências dos prédios do Judiciário e pessoas envolvidas em processos que, por algum motivo, necessitaram de cuidados médicos e de enfermagem.

O Serviço Médico também esteve presente às solenidades realizadas pelo TJE. Integrou a comitiva administrativa do Tribunal, em deslocamentos às comarcas do interior. E distribuiu material educativo (folders, panfletos, cartilhas), para a prevenção de doenças.



TIPO DE PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Curativos	1.452
Verificação de Pressão Arterial	2.929
Aplicação de medicamentos injetáveis	918
Venóclise	406
Aplicação de Aerosol	419
Retirada de pontos	46
Aplicação de infravermelho	05
Fornecimento de medicação oral	2.632
Realização de eletrocardiograma	482
Auxílio em pequenas cirurgias	42
Verificação de temperatura corporal	523
Atendimento de enfermagem à domicilio	62
Mensuração de peso / altura	833
Oxigenioterapia	38 inalações
	Glicose 103
Realização de exame capilar (glicemia, colesterol, triglicerídeos)	Colesterol 114
	Triglicerídeos 64
Coleta de material para exame de preventivo câncer cérvico uterino	55
Outros	308

TJE tem seis novos Desembargadores

Não apenas as conquistas gerenciais marcaram a atuação do TJE em 2005. O ano foi, também, de renovação, com a posse de seis novos desembargadores, o vitaliciamento de 39 magistrados e o compromisso de 15 novos juízes substitutos.

A movimentação confirma a tendência de crescimento do número de magistrados paraenses, que atingiu, nos últimos cinco anos, mais de 40% no Primeiro Grau. Um crescimento fundamental para reduzir o número de jurisdicionados por juiz e situar o estado na média nacional dessa proporção.

Os novos Desembargadores ascendem ao cargo após décadas de atuação, no interior e na capital. Os vitaliciados conquistam essa condição, essencial ao exercício da Magistratura, após concurso e dois anos de estágio probatório. Os 15 juízes substitutos integram a reserva remanescente do último concurso público do TJE, realizado no ano de 2002.



Desa. Vânia Lúcia Silveira
Azevedo da Silva



Des. Constantino Augusto
Guerreiro



Desa. Maria de Nazaré Silva
Gouveia dos Santos



Des. Ricardo Ferreira
Nunes



Desa. Maria Angélica Ribeiro
Lopes dos Santos



Des. Leonardo Noronha
Tavares

Os 39 Juízes vitaliciados

Carlos Magno Gomes de Oliveira, Hélio Pinheiro Pinto, João Ronaldo Corrêa Mártires, Danielle Karen da Silva Araújo, Everaldo Pantoja e Silva, Gabriel Ribeiro, Tarcila Maria Souza de Campos, Waltencir Alves Gonçalves, Jonas da Conceição Silva, Danielly Modesto da Silva, Omar José Miranda Cherpinski, Charles Claudino Fernandes, Cristiano Magalhães Gomes, Emerson Benjamin Pereira de Carvalho, Elano Demétrio Ximenes, Thiago Tapajós Gonçalves, Helena de Oliveira Manfro, César Dias de França Lins, Edna Maria de Moura Palha, Luiz Otávio Oliveira Moreira, Antônio Gil Barbosa, Fábio Penezi Povoá, Augusto Bruno de Moraes Favacho, Paulo Pereira da Silva Evangelista, Antônio Carlos de Souza Moita Kury, Rosa Maria Moreira da Fonseca, Geraldo Neves Leite, Cosme Ferreira Neto, Franco Zuza Nóbrega, Gerson Marra Gomes, Josué de Sousa Lima Júnior, Murilo Lemos Simão, Eduardo Antônio Martins Teixeira, Lauro Alexandrino Santos, Sherida Keila Pacheco Teixeira, Lúcio Paulo Fernandes Soares, Eline Salgado Vieira, Luciana Maciel Ramos e Fredison Capeline.



Os 15 novos Juízes Substitutos

Vanessa Ramos Couto, Gláucio Arthur Assad, Haroldo Silva da Fonseca, Laércio de Oliveira Ramos, Maria Augusta Freitas da Cunha, Wander Luís Bernardo, Sérgio Cardoso Bastos, Leonel Figueiredo Cavalcante, Edilene de Jesus Barros Soares, Emanuel Jorge Dias Mouta, José Admilson Gomes Pereira, Valdeir Salviano da Costa, Luiz Trindade Júnior, José Goudinho Soares e Cornélio José Holanda.



ESTATÍSTICA SERÁ USADA PARA MELHORAR CONTROLE DE PROCESSOS

O TJE vai criar, ainda no primeiro quadrimestre de 2006, um serviço de estatística para o acompanhamento processual, tanto na capital quanto no interior. O novo serviço abrangerá todos os processos de 1º e 2º grau, além dos juizados especiais. E permitirá acompanhar, ao longo do ano, a relação entre o número de ações iniciadas e julgadas, bem como os resíduos existentes.

A criação do serviço de estatística, ao lado de outras medidas de ordem legal, vai ao encontro dos esforços que vêm sendo realizados pelo TJE, para acelerar a tramitação processual. A meta é melhorar a precisão e a atualização dos dados existentes, objetivando a adoção de medidas que contribuam para agilizar os serviços prestados aos cidadãos. Atualmente, o Judiciário não dispõe de um sistema de controle estatístico, atualizado e confiável, que lhe permita, em dado momento, conhecer com a exatidão requerida, o número de processos que tramitam no 1º grau da jurisdição.

Em 2005, mais uma vez, foi grande o número de ações julgadas pelo Tribunal, em relação aos processos iniciados. Mesmo assim, não ocorreu a desejada diminuição residual. Com a centralização, padronização e maior precisão das informações, derivadas do novo serviço, a idéia é realizar estudos comparativos, para uma intervenção eficaz em relação aos entraves à celeridade processual.

Por isso, também, os dados a seguir, que se referem ao movimento processual de 2005, estão sujeitos a correções, refletindo, apenas parcialmente, a produção do TJE no presente exercício.

MAPA DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE PROCESSOS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ESTADO DO PARÁ - 1º GRAU

AÇÕES CÍVEIS

ÁREA	Resíduo 2004	Iniciadas 2005	Julgadas 2005	Total 2005
Reg. Met. Belém	364.033	29.095	18.139	374.989
Interior	131.902	32.125	23.159	140.868
Juizados Especial Reg. Met. Belém	21.240	9.481	4.456	26.265
Juizados Especial Interior	25.328	6.220	2.358	29.190
Total	542.503	76.921	48.112	571.312

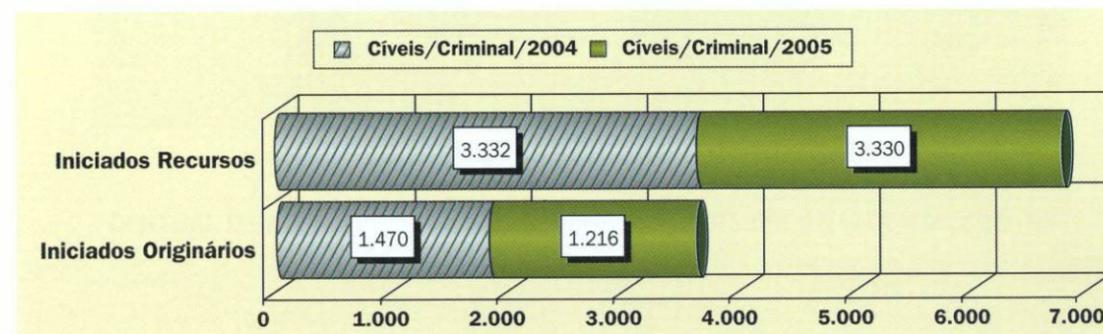
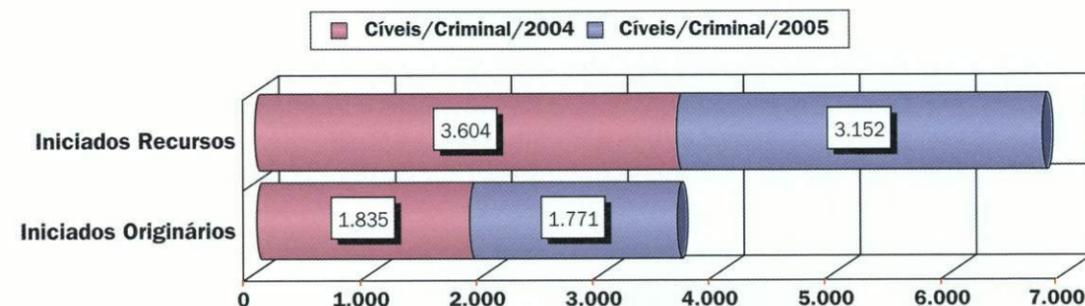
AÇÕES PENAIS

ÁREA	Resíduo 2004	Iniciadas 2005	Julgadas 2005	Total 2005
Reg. Met. Belém	194.077	12.643	15.206	191.514
Interior	37.610	8.080	3.707	41.983
Juizados Especial Reg. Met. Belém	45.132	8.210	3.410	49.932
Juizados Especial Interior	22.315	5.292	2.399	25.208
Total	299.134	34.225	24.722	308.637

NÚMERO TOTAL DE AÇÕES NO ESTADO

Resíduo 2004	Iniciadas 2005	Julgadas 2005	Total em 2005
841.637	111.146	72.834	879.949

DEMONSTRATIVO GRÁFICO DO MOVIMENTO PROCESSUAL DO TJE/PA PELOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO DURANTE O ANO DE 2004/2005

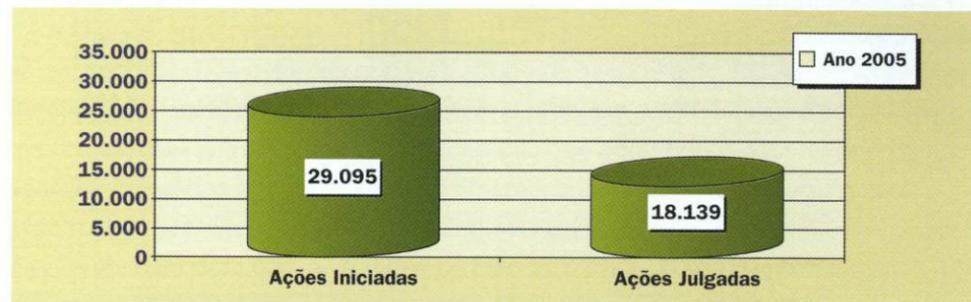


ÓRGÃOS DE JULGAMENTO CÍVEIS/CRIMINAIS ORIGINÁRIOS	INICIADOS 2004	INICIADOS 2005	JULGADOS 2004	JULGADOS 2005
CÂMARA DE FÉRIAS	63	15	57	11
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	350	211	39	188
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	1123	1145	1107	859
CONSELHO DA MAGISTRATURA	17	30	20	03
TRIBUNAL PLENO	282	371	247	155
TOTAL	1.835	1.772	1.470	1.216

ÓRGÃOS DE JULGAMENTO CÍVEIS/CRIMINAIS RECURSOS	INICIADOS 2004	INICIADOS 2005	JULGADOS 2004	JULGADOS 2005
1ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	889	530	888	695
2ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	945	752	878	1.100
3ª CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1.204	1.307	883	1.118
1ª CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	138	153	263	138
2ª CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	269	214	291	127
3ª CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	159	196	129	152
TOTAL	3.604	3.152	3.332	3.330

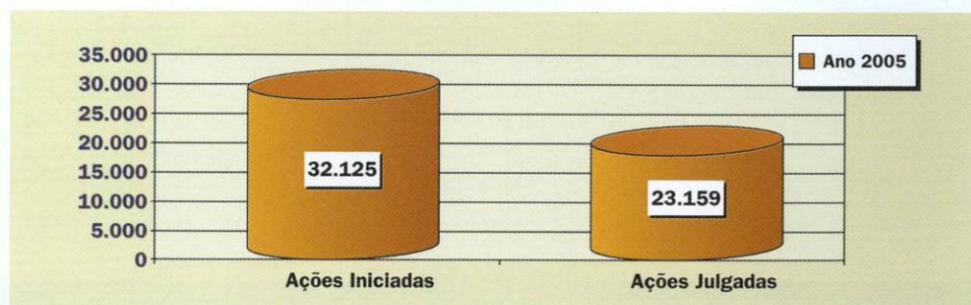
FONTE : DIVISÃO DE BANCO DE DADOS
 CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ 12 DE JANEIRO DE 2006
 ● DADOS FORNECIDOS PELO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO - SAP2GRAU - DURANTE OS ANOS DE 2004/2005.

**DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 2005**



Fonte : Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

**DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU - COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ - 2005**



Fonte : Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Processos tramitados em 2005**

ASSUNTO	LIBERADOS	A LIBERAR	TOTAL
Suprimento de Fundos	372	177	549
Precatório	18	06	24
Mandado de Segurança	19	03	22
Diligência do TCE	4	-	4
Pensão	2	-	2
Aposentadoria	18	4	22
Abono Permanência	58	1	59
Diversos	10	4	14
TOTAL	501	195	696

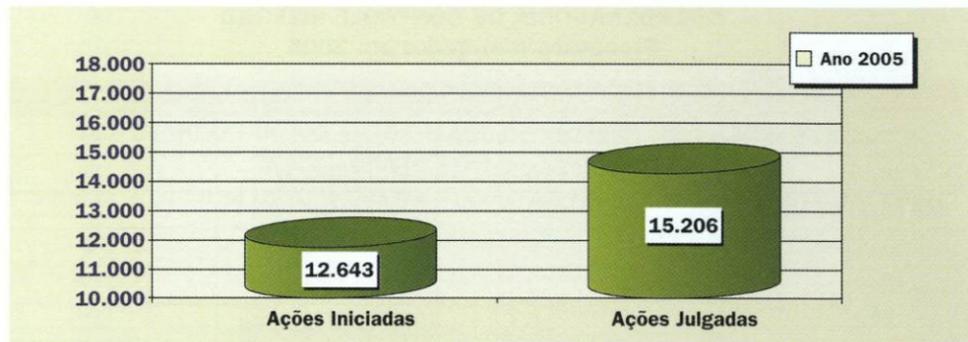
Período: 01/01 a 09/12/2005

CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO/ SECRETARIA DO GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

DESTINAÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Central de Distribuição: Processos Distribuídos	377	374	379	442	445	345	531	581	395	429	017
Central de Distribuição: Processos Redistribuídos	087	161	124	392	238	214	157	280	481	276	032
Assessoria da Vice-Presidência Rec. Especial	056	048	021	038	068	046	029	015	028	044	011
Secretaria da 1ª Cível Isolada	00	00	04	01	02	04	01	00	00	00	00
Secretaria da 2ª Cível Isolada	00	00	07	01	07	01	06	04	03	04	00
Secretaria da 3ª Cível Isolada	00	01	11	03	09	03	00	37	00	03	00
Secretaria da 1ª Criminal Isolada	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Secretaria da 2ª Criminal Isolada	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Secretaria da 3ª Criminal Isolada	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Secretaria Câmaras Cíveis Reunidas	00	00	00	00	00	01	00	02	00	00	00
Secretaria Câmaras Criminais Reunidas	00	00	02	00	01	00	00	03	01	02	01
Secretaria Geral	01	00	00	01	00	00	01	06	01	00	00
TOTAIS	541	588	548	878	770	614	725	928	909	758	61
TOTAL GERAL: 7.320											

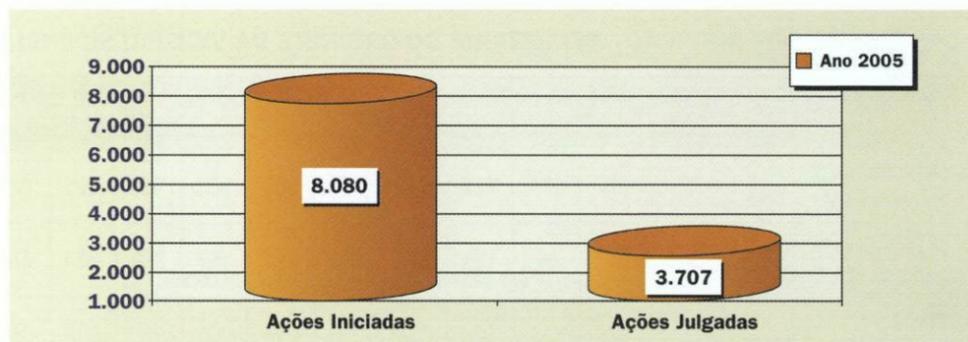
Período: até 09/12/2005

**DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 2005**



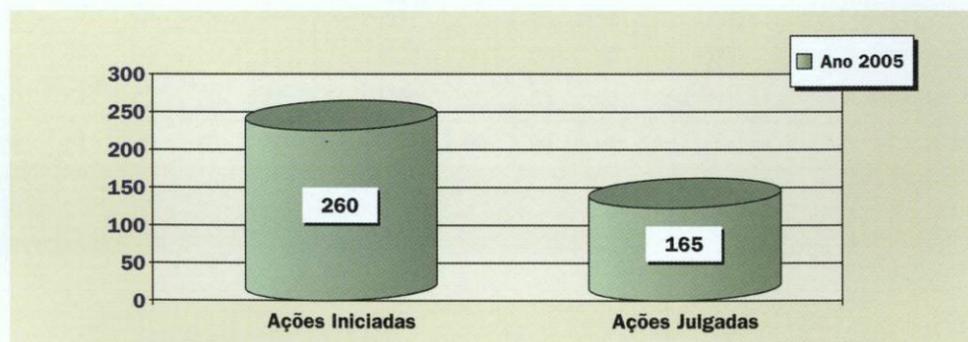
Fonte : Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

**DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU - COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ - 2005**



Fonte : Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

**DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS
JUSTIÇA MILITAR - 2005**



Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação dos dados até 22 de dezembro de 2005
Dados fornecidos pelas Justiça Militar - SAPXXI - Jan a Out/2005

FÓRUM CÍVEL - RELATÓRIO ANUAL 2005

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Atestados	02
Cartas precatórias (1)	2.922
Certidões	28
Mandados distribuídos (2)	29.161
Memorandos	128
Ofícios circulares	88
Ofícios expedidos	507
Portarias expedidas	565
Portarias recebidas	114
Processos distribuídos a avaliadores (1)	115
Processos distribuídos (1)	24.838
Requerimentos (ofícios e petições recebidas)	1.411
Exames de DNA realizados (3)	693

Período: 07/01 a 30/11/2005

1: Conforme relatório fornecido pela Unidade de Distribuição Cível

2: Conforme relatório fornecido pela Central de Mandados Cível

3: Conforme relatório fornecido pelo Setor Social Cível

**FÓRUM CRIMINAL - RELATÓRIO ANUAL 2005
SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI: 143
QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA**

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Sindicâncias administrativas	02
Portarias expedidas	323
Ofícios expedidos	1.219
Interceptações telefônicas deferidas	
• Polícia Federal	111
• Polícia Civil	380
Protocolos registrados	51.935
Armas encaminhadas ao Exército	1.339
Armas e objetos incinerados	1.485
Processos distribuídos	28.851
Processos redistribuídos	5.679
Cartas precatórias recebidas	1.449
Certidões de Antecedentes Criminais emitidas	79.639
Certidões Criminais emitidas	28.176

Os dados a seguir foram remetidos pelas Corregedorias das Comarcas da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior

CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM MAPA DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES ANO 2005	
Expedientes recebidos pelo protocolo e despachados	3.460
Edital de Correição	01
Notas informativas expedidas	111
Ofícios circulares expedidos	35
Ofícios expedidos	2.211
Portarias expedidas	39
Provimentos	05
Provimentos conjuntos	06
Resenhas	61
Avisos de inutilização de Selos de Segurança	18
Avisos diversos	11
Comunicado	01
Correição extraordinária realizada cartório extrajudicial	09
Correição geral ordinária realizada nas varas penais e direção do Fórum Criminal	21
Vitalicamento	12
TOTAL	9.482
DECISÕES PROFERIDAS	
Pedido de providências	188
Sindicâncias administrativas	03
Reclamações	19
Representação	20
Processos administrativos disciplinares	09
Pedido de consulta	17
Pedido de reconsideração de decisão	09
Pedido de correição	04
Pedido de certidão de existência de cartório extrajudicial	73
Pedidos diversos	22
TOTAL	364
PARECERES EMITIDOS	
Pedido de aposentadoria por tempo de serviço	07
Pedido de ajuda de custo	06
Pedido de contagem de tempo de serviço	20
Pedido de criação de Vara	01
Pedido de efetivação	02
Pedido de férias	116
Pedido de licença para tratamento de saúde	02
Pedido de licença especial	02
Pedido de nomeação de servidor	02
Pedido de pensão por morte	01
Pedido de pagamento de diferença de entrância	01
Pedido de instalação de cartório extrajudicial	02
Pedido de Abono de Permanência	02
Promoção	08
Remoção	09
TOTAL	181

Período: 02/02 a 07/12/2005

CORREGEDORIA DO INTERIOR MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO 2005			
Expedientes recebidos pelo protocolo e despachados	6.358	Pedido de reconsideração	04
Autuações	343	Pedido de recontagem de tempo de serviço	04
Autos de solicitação	01	Pedido de remoção de funcionários/serventuários	05
Aposentadoria compulsória	02	Pedido de revisão	01
Aposentadoria por tempo de serviço	02	Pedido de substituição	01
Averbação de tempo de serviço	01	Pedido de suprimento de fundo extra	01
Consulta	28	Pedido de transferência de diretora de Secretaria	01
Correição extraordinária	03	Pedido de transferência de servidor	01
Criação e instalação de Vara e cartório	01	Pedido de transferência de preso	273
Encaminhamento de denúncia	01	Processo administrativo	27
Encaminhamento de ação de alvará judicial	01	Promoção	13
Encaminhamento de relação de armas	01	Proposta de trabalho para o mutirão da Comarca de Marabá	01
Encaminhamento de sugestões e considerações acerca da instrução 04/2005 desta Corregedoria	01	Reclamação correicional	03
Formação de retenção de custas cartorárias	01	Revisão de processo administrativo	01
Inspeção carcerária realizada no Centro de Recuperação Regional de Tucuruí	01	Reivindicação de advogados da OAB – Seção de Santarém	01
Pedido de abono de permanência	03	Remoção	15
Pedido de autorização	01	Representação	17
Pedido de complementação salarial	01	Requerimento	09
Pedido de contagem de tempo de serviço	10	Sindicância	13
Pedido de cancelamento de férias	01	Solicitação de criação de Vara	02
Pedido de cancelamento de matrícula e do registro de imóvel rural	02	Solicitação de informação sobre existência de cartório	01
Pedido de diárias	34	Solicitação de instalação de uma agência de registro de nascimento em hospital	01
Pedido de designação de juiz para a Vara Agrária de Altamira	01	Solicitação para ser colocado à disposição da capital	01
Pedido de efetivação no cargo de escrivão	02	Solicitação para responder por comarca próxima a capital	02
Pedido de férias	142	Solicitação para retornar à antiga função	01
Pedido de informação	02	Solicitação de mutirão	01
Pedido de interrupção de férias	01	Solicitação de autorização para frequentar aulas de mestrado acadêmico da UFPa	01
Pedido de instalação de comarca	04	Solicitação para autorizar magistrada a residir em comarca diversa	01
Pedido de instalação de Vara	01	Suscitação de dúvida	02
Pedido de instalação de cartório	04	Vitalicamentos	08
Pedido de licença especial	06	Outros	13
Pedido de licença maternidade	01	Decisões proferidas	630
Pedido de licença para acompanhar familiar	02	Pareceres proferidos pela Assessoria Jurídica	595
Pedido de licença para tratamento de saúde	03	Aviso	09
Pedido de nomeação de oficial de Justiça	01	Correições realizadas	73
Pedido de nomeação de oficial do Registro Civil	01	Edital	04
Pedido de nomeação de escrevente	01	Instruções	05
Pedido de nomeação de diretor de Secretaria	03	Memorandos expedidos	21
Nomeação de nomeação de servidor	04	Notas informativas expedidas	08
Pedido de nomeação de tabelião de cartório de notas	01	Ofícios circulares expedidos	105
Pedido de pagamento de ajuda de custo	24	Ofícios expedidos	2.584
Pedido de pagamento de adicional de tempo de serviço	01	Portarias expedidas	83
Pedido de pagamento de diferença salarial	02	Provimentos	07
Pedido de pagamentos diversos a juizes	01	Provimento conjunto	06
Pedido de pagamento de entrância	01	Processo administrativo disciplinar instaurado	27
Pedido de pensão por morte	01	Resenhas	80
Pedido de permanência na comarca	01	Recurso ao Conselho da Magistratura	09
Pedido de prorrogação de prazo para permanecer na capital	01	Sindicância administrativa instaurada	18
Pedido de providências	165		
Pedido de reativação de cartório	01		

Dados de 01/02 a 09/12/2005

Juizados Especiais

Ao todo, são 66 os juizados especiais, no Pará: 25 na Região Metropolitana de Belém e 41 no interior, distribuídos em 27 comarcas.

Aos juizados especiais cíveis competem as causas de menor complexidade e pequeno valor econômico, visando, sobretudo, a conciliação. Na esfera criminal, envolvem as chamadas infrações de menor potencial ofensivo, com a reparação do dano sofrido pela vítima e aplicação de pena não privativa de liberdade.

A celeridade e eficácia na resolução dos litígios fazem dos juizados especiais importantes instrumentos de cidadania e colaboram para a diminuição dos processos na Justiça Comum.

Além de seus trabalhos regulamentares, os juizados especiais do Pará também desenvolvem o Programa "Justiça e Juizado Especial Itinerante", que leva atendimento judiciário aos bairros afastados da RMB e aos municípios distantes e de difícil acesso. Nesses programas são processadas ações próprias dos juizados especiais cíveis e criminais, mas, também, aquelas em que não existe o contraditório, como, por exemplo, as separações e divórcios consensuais, reconhecimentos de paternidade, casamentos comunitários.

O "Justiça e Juizado Especial Itinerante" é executado em parceria com o Ministério Público, Defensoria Pública, Marinha do Brasil e Ibama.

Merece destaque a parceria com a Marinha, que, através da Operação "Chance para Todos", permitiu levar o "Justiça e Juizado Especial Itinerante", por várias vezes, às comunidades ribeirinhas da Ilha do Marajó, Portel, Limoeiro do Ajuru e Vila Nova de Bagre. Com isso, famílias inteiras, de avós a netos, que não possuíam qualquer documento de identificação, puderam, enfim, alcançar essa condição básica à cidadania.

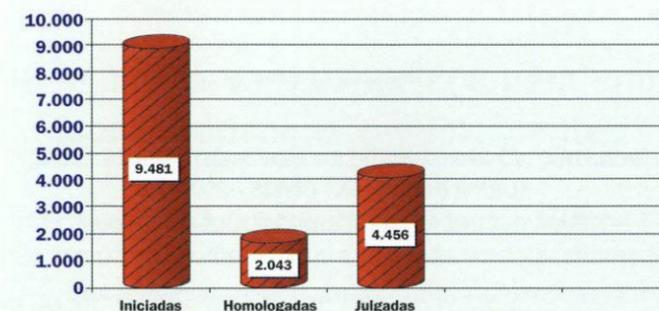
Vale salientar, ainda, a operação em parceria com o Ibama, nos rios Xingu e Iriri, bem como a participação do Juizado Itinerante na "Ação Global", deste ano, em São Miguel do Guamá, promovida pelo Sesi, com o apoio da Rede Globo.

De igual importância foi, também, a ação pioneira realizada no município de Anapu, onde o atendimento superou as expectativas, com aproximadamente 400 ações do Juizado Itinerante. Ao todo, o Projeto "Justiça e Juizado Especial Itinerante" conseguiu chegar, neste ano, a 23 municípios.



DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
JUIZADOS ESPECIAIS REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 2005

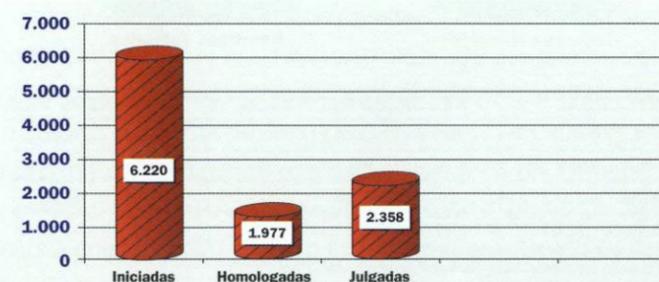
1 REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - AÇÕES CÍVEIS



Fonte: Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
JUIZADOS ESPECIAIS DAS COMARCAS DO INTERIOR - 2005

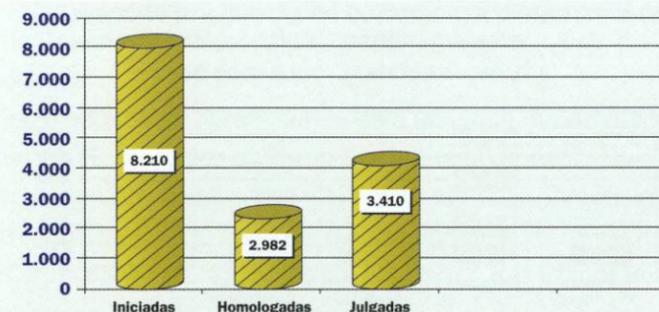
1 COMARCAS DO INTERIOR - AÇÕES CÍVEIS



Fonte: Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
JUIZADOS ESPECIAIS REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 2005

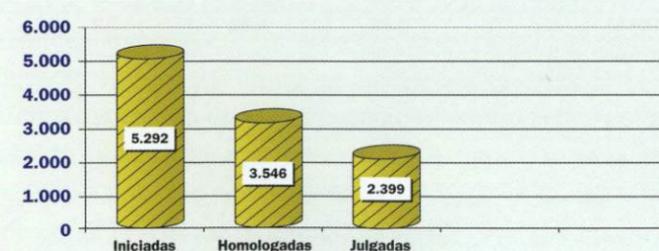
1 REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - AÇÕES PENAIS



Fonte: Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
JUIZADOS ESPECIAIS DAS COMARCAS DO INTERIOR - 2005

1 COMARCAS DO INTERIOR - AÇÕES PENAIS



Fonte: Departamento de Informática e Divisão de Banco de Dados do TJE-Pa

Cidadania

TJE implanta Vara específica para crimes contra crianças e adolescentes

O Pará tornou-se, em 2005, o quarto estado brasileiro a contar com vara judiciária específica para os crimes contra crianças e adolescentes. A implantação, ocorrida em dezembro, veio atender a antigas reivindicações de diversas organizações e instituições de defesa da infância e juventude. Até então, os crimes contra crianças e adolescentes eram distribuídos entre as 19 varas penais da capital, resultando em morosidade processual.

Ao agilizar a apuração e punição dos responsáveis, o novo juízo deverá contribuir, decisivamente, para a redução desses crimes. Uma excelente notícia para meninos e meninas de todo o Pará, num ano marcado por crimes traumáticos para a sociedade, como os estupros e assassinatos da adolescente Bruna Leite Sena, de 15 anos, e da criança Marielma de Jesus da Silva Sampaio, de 11.

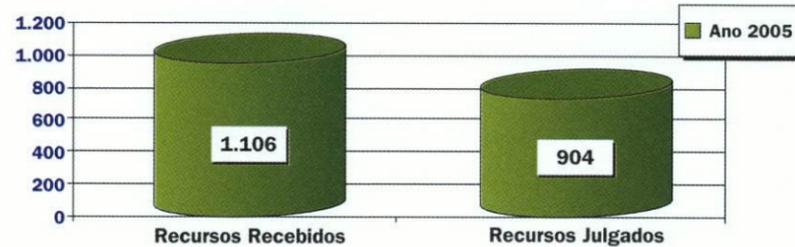
A criação desse juízo específico reafirma a liderança do Pará, no esforço pela garantia da proteção integral e da prioridade absoluta, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O texto final do projeto, que originou a Lei 6.709/05, foi elaborado pelo desembargador Milton Nobre, a pedido da então presidente do TJE, Maria de Nazaré Brabo de Souza.

Com 17 anos dedicados à Magistratura, a juíza Rosi Maria Gomes de Farias, responderá pelo novo juízo, que começou a funcionar com mais de 600 processos, conforme levantamento parcial da Diretoria do Fórum Criminal. A Vara, que é a 22ª de Belém, contará com uma equipe multidisciplinar, para apoio às vítimas de violência.

A Lei e o juízo específico vieram somar-se a um conjunto de determinações expedidas, em 2005, por juízes de varas e comarcas, da capital e do interior, objetivando a garantia de direitos dos meninos e meninas paraenses. Uma dessas medidas foi a regulamentação do acesso e permanência de crianças e adolescentes, em casas noturnas. Portaria 001/05, do juiz Edmar Pereira, da 3ª Vara da Infância e Juventude, estabelece que, a partir das 22 horas, o público infante-juvenil só poderá ingressar e permanecer nesses estabelecimentos desde que as festas lá promovidas sejam de caráter particular, como aniversários, casamentos e formaturas, ou shows dirigidos especialmente a essa faixa etária.

No município do Acará, o juiz Fábio Penezi Póvoa também disciplinou o acesso dos meninos e meninas daquele município, a locais de risco pessoal e social. A frequência a bailes e promoções dançantes foi vedada aos menores de 18, inclusive com a exigência de identificação nas portarias dos estabelecimentos. Exceção foi aberta, porém, para os maiores de 15 anos, que se dirijam a esses locais na companhia dos pais ou responsáveis e munidos de documentos comprobatórios quanto à idade. A interdição vale, ainda, para a venda de bebidas alcoólicas, cigarros e rojões.

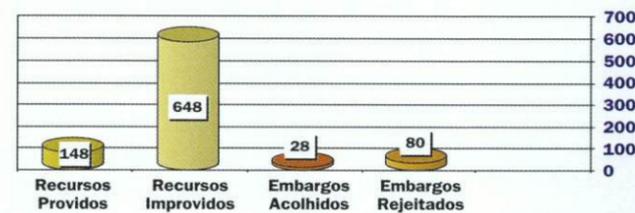
DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
TURMA RECURSAL - CÍVEIS - 2005
1ª TURMA RECURSAL - RECEBIDOS E JULGADOS 2005



TURMA RECURSAL	RECURSOS RECEBIDOS	RECURSOS JULGADOS
1ª TURMA RECURSAL	525	425
2ª TURMA RECURSAL	581	479
TOTAL	1.106	904

Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação dos dados até 21 de dezembro de 2005
1 Dados fornecidos pela Secretaria da Turma Recursal - Jan/Out 2005

DEMONSTRATIVO APROXIMADO DO MOVIMENTO PROCESSUAL
TURMA RECURSAL - CÍVEIS - 2005
1ª TURMA RECURSAL - JULGADOS 2005



COMARCAS	Recursos Providos	Recursos Improvidos	Embargos Acolhidos	Embargos Rejeitados
1ª TURMA RECURSAL	63	312	19	31
2ª TURMA RECURSAL	85	336	09	49
TOTAL	148	648	28	80

Fonte : Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até 21 de dezembro de 2005
1 Dados fornecidos pelos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém - Jan a Out/2005

Resoluções do Pleno ajudam a agilizar processos

A extinção das chamadas varas de assistência judiciária, em junho deste ano, permitiu descentralizar o andamento de processos movidos por pessoas declaradamente pobre, cujas demandas judiciais passaram, enfim, a ser acolhidas em todas as varas cíveis do estado do Pará. A medida foi uma das mais de duas dezenas de resoluções adotadas pelo TJE, neste ano, a maioria para melhorar a prestação jurisdicional, conforme previsto na Agenda Mínima 2005/2006.

Além da extinção da varas de assistência judiciária, outra medida de grande impacto no cotidiano dos cidadãos foi a normatização dos procedimentos da execução de obrigações judiciais de pequeno valor contra a Fazenda Pública, bem como a especialização da 30ª Vara Cível, para processar e julgar as execuções fiscais do Estado.

Especificamente para o funcionamento do TJE, teve importância fundamental a resolução que transformou a Auditoria do Tribunal em uma Coordenadoria de Controle Interno, diretamente subordinada à Presidência, e com poderes para fiscalizar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos que integram o Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados. Um ajuste organo-funcional sem qualquer ônus, mas com grandes dividendos em eficiência, para o Tribunal.

Foram as seguintes as resoluções do TJE, em 2005:

- 001/2005, de 16/02/05 – Dispõe sobre a desvinculação da remuneração dos secretários e de outros servidores aos fixados para a Magistratura e dá outras providências.
- 002/2005, de 23/02/05 – Dispõe sobre o escalonamento da remuneração dos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Pará.
- 003/2005, de 16/03/05 – Dispõe sobre a organização administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e dá outras providências.
- 004/2005, de 16/03/05 – Especializa a competência da 30ª Vara Cível, para processar e julgar, por distribuição, os feitos relativos à Fazenda Pública, exclusivamente, as Execuções Fiscais do Estado.
- 005/2005, de 20/04/05 – Transforma as Pretorias Criminais da Capital em Juizados Especiais Criminais.
- 006/2005, de 04/05/05 – Estabelece normas para publicações no Diário da Justiça e dá outras providências.
- 007/2005, de 01/06/05 – Normatiza os procedimentos da execução de obrigações judiciais de pequeno valor contra a Fazenda Pública.
- 008/2005, de 01/06/05 – Institui a Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e dá outras providências.
- 009/2005, de 08/06/05 – Altera a competência das Varas Cíveis do Estado do Pará, extinguindo as chamadas Varas de Assistência Judiciária.
- 010/2005, de 15/06/05 – Regulamenta a extinção das Varas de Assistência Judiciária nas Comarcas de Ananindeua e Santarém.

Em Dom Eliseu, portaria do juiz Augusto Bruno de Moraes Favacho proibiu a utilização de mão de obra infantil, principalmente em serviços em veículos automotores, de cargas ou passageiros, uma prática ilegal que, no entanto, vinha se tornando comum naquele município.

A mesma portaria proibiu, ainda, o trânsito e permanência de crianças desacompanhadas na área do Itinga, na divisa do Pará com o Maranhão.

No município de Anajás, o juiz Deomar Alexandre Barroso apresentou projeto para eliminar a exploração sexual infanto-juvenil, naquela Comarca. Com o título de "Meninas Super Poderosas de Anajás", o projeto pretende resgatar, das áreas de risco, jovens na faixa dos 12 aos 19 anos, a partir do envolvimento delas em atividades educativas. A família e a comunidade são peças importantes na iniciativa, que inclui exercícios de vivências, dinâmica de grupos, exposições, dramatizações, biodança e reflexões. Tudo para propiciar a reinserção dessas garotas no ambiente familiar e comunitário.

Ao lado dessas ações, que apontam para uma conjugação de esforços da Magistratura paraense, em defesa de meninos e meninas, o TJE deu continuidade à parceria com a Secretaria Especial de Proteção Social do Governo do Estado, para a oferta de estágio remunerado a adolescentes em risco pessoal e social e em conflito com a lei. O primeiro grupo de garotos a cumprir o programa de estágio do Tribunal, ganhou certificado de participação, agora em 2005. Um documento que serve, também, como carta de apresentação e referência, na procura por uma vaga no mercado de trabalho. Durante o estágio, a remuneração foi de 80% do salário mínimo, mais assistência médica e odontológica, além de vale-transporte.



A implantação da Vara específica para crimes contra crianças e adolescentes ocorreu em solenidade no Gabinete do Presidente do TJE, com a presença de diversas autoridades.

- 011/2005, de 15/06/05 – Dispõe sobre a criação e instalação de Juizados Especiais na Comarca de Belém.
- 012/2005, de 10/08/05 – Reajusta a remuneração dos servidores e serventuários de justiça do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.
- 013/2005, de 31/08/05 – Aprova a Comissão de Concurso para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto do Estado do Pará.
- 014/2005, de 31/08/05 – Aprova o Edital nº 001/2005, que disciplina o Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto.
- 015/2005, de 28/09/05 – Extingue o Órgão Especial previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.
- 016/2005, de 28/09/05 – Adequa a estrutura da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional deste Estado à Lei nº 6.480, de 13.09.2002.
- 017/2005, de 28/09/05 – Dispõe sobre as normas disciplinares do Plano de Saúde dos Membros e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.
- 018/2005, de 26/10/05 – Explicita a competência das Varas Agrárias do Estado do Pará, em função da Emenda Constitucional nº 30, que alterou o art. 167 da Constituição do Estado do Pará.
- 019/2005, de 09/11/05 – Dispõe sobre o agrupamento e alteração de denominação de cargos vagos de provimento efetivo dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e dá outras providências.
- 020/2005, de 17/11/05 – Autoriza a abertura de concurso público de provas e títulos, para preenchimento de 400 cargos vagos de provimento efetivo do quadro de servidores do Poder Judiciário do Estado.
- 021/2005, de 07/12/05 – Dispõe sobre o expediente forense no período natalino e de festas de ano novo e dá outras providências.

JUSTIÇA SEM INTERRUÇÃO

Não é resolução do Pleno, mas foi, também, medida importante do Tribunal, em 2005: através do Provimento Conjunto nº 04/05, as corregedorias de Justiça da Região Metropolitana de Belém e do Interior disciplinaram o plantão nos finais de semana, na área cível. O provimento foi baseado na Emenda Constitucional nº 45/04, que determina que os trabalhos da justiça sejam ininterruptos. Com isso, evitam-se prejuízos irreparáveis às partes, como em casos de mandados de segurança com pedido de liminar, relaxamento da prisão cível, as medidas necessárias para evitar o perecimento do direito e os atos e medidas a que se refere o artigo 173, do Código de Processo Civil.

Avanço significativo

Aplicação de penas alternativas resulta em um dos menores índices de reincidência no País

Uma das prioridades da atual administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi consolidar o sistema de aplicação de medidas e penas alternativas com a efetiva implantação da Vara específica, medida essa de largo alcance social que possibilitou, entre outras vantagens, a inserção do nosso Estado no rol dos que conseguem obter um dos menores índices de reincidência entre os sentenciados com medidas alternativas à privação de liberdade. A implantação ocorreu em 17 de junho de 2005.

Quase três mil pessoas foram beneficiadas, neste exercício, com essa modalidade no Pará. Trata-se de um número expressivo, em relação ao universo brasileiro: hoje, segundo dados do Ministério da Justiça, apenas 32.500 pessoas cumprem esse tipo de sanção, em todo o País, o que representa cerca de 10% da população carcerária (300 mil pessoas). Mais importante é que a reincidência registrada no Pará é, provavelmente, uma das menores do ranking nacional: apenas 0,01%, muito inferior à média nacional, que, segundo dados do Ilanud, era, em 1997, de 12,5%.

As penas e medidas alternativas são consideradas, mundialmente, como importantes fatores para a consecução do grande objetivo da punição legal: a reintegração social do infrator. Como preservam o convívio familiar e comunitário, ensinam a participação social cotidiana na reeducação desses indivíduos, inclusive quanto ao resgate da auto-estima e manutenção no processo produtivo - condições essenciais para que não voltem a delinquir. Além disso, evitam o contato entre os autores primários de crimes de menor gravidade e os cidadãos de maior periculosidade, ou cujo histórico de transgressões obriga à segregação nas casas penais.

Previstas no Código Penal Brasileiro e na Lei 9.714/98, as penas e as medidas alternativas abrangem os crimes dolosos com penalidade inferior a quatro anos, cometidos sem violência ou grave ameaça; os crimes culposos, qualquer que seja a extensão da pena; bem como aqueles considerados de menor potencial ofensivo e as contravenções penais. Consistem, dentre outras, na prestação de serviço gratuito à comunidade (PSC); Prestação Pecuniária (PP), ou seja, o pagamento à vítima, dependente ou entidade, de quantia fixada pelo juiz; Interdição Temporária de Direito (ITD) e Limitação de Final de Semana (LFS). Podem ser convertidas em privação de liberdade, caso o apenado descumpra a sanção que lhe foi imposta.

Parte do processo histórico de conquista e defesa dos direitos humanos, esse tipo de penalidade teve, no Pará, um dos pioneiros nacionais de sua implementação, através da Resolução 009/98-GP, do TJE, que criou a Central de Penas Alternativas (CEPA), como integrante da 8ª Vara Penal de Belém.

Posteriormente, com a Lei Estadual nº 6.480, de 13 de setembro de 2002, o estado tornou-se o quinto do Brasil a contar com uma vara especializada nessas sanções – e ainda hoje, aliás, apenas sete estados brasileiros possuem varas semelhantes. Ela foi efetivamente implantada em 18 de junho de 2005.

O alcance social das penas e medidas alternativas pode ser melhor dimensionado quando se observam, através das estatísticas da 21ª VEPMA, relativas a 2005, as características dos condenados. Das 2.948 pessoas beneficiadas, mais de 63% possuem, no máximo, o ensino fundamental. Mais de 70% são homens e as faixas etárias, que vão dos 18 aos 29 e dos 30 aos 39 anos, perfazem mais de 72% dos casos atendidos. Além disso, 61% do universo são casados ou vivem em concubinato. Dados que autorizam supor que essas sanções vêm beneficiando, principalmente, chefes de família, oriundos das camadas mais humildes da população.

Do total de pessoas beneficiadas, 2.205, ou 74,8%, receberam como sanção a prestação de serviço gratuito à comunidade (PSC), sabidamente a mais eficaz das penas alternativas, na reeducação para o convívio social. Outros 24,7% foram penalizados com a Prestação Pecuniária (PP), com recursos revertidos para 31 entidades de assistência social. As condenações, em 73,1% dos casos inferiores a um ano, decorreram, principalmente, de uso de drogas (34%) e furto (28,4%).

Hoje, já são 61 as instituições e entidades conveniadas com o TJE, para viabilizar a prestação de serviços comunitários pelos apenados, que, em 60% dos casos, trabalham como auxiliares de serviços gerais.



Entrega de donativos (produtos de penas alternativas) à creche Luz Divina na Cremação



Juiza Nazaré Saavedra com donativos resultantes de penas alternativas

PLANILHA DE INDICADORES DE RESULTADOS

INDICADOR	QUANTIFICAÇÃO	
N.º de beneficiados com pena/medida alternativa	2.948	
N.º de beneficiados com P.S.C. ¹	2.205	
N.º de beneficiados com P.P. ²	728	
N.º de beneficiados com I.T.D. ³	09	
N.º de beneficiados com L.F.S. ⁴	06	
N.º de execuções em andamento (total)	1.766	
N.º de instituições conveniadas	85	
N.º de instituições receptoras de prestadores de serviço à comunidade.	61	
N.º de instituições beneficiadas com doação de cestas básicas	32	
N.º de casos concluídos	1.182	
N.º de reincidência	0,1%	
Sexo do beneficiado (%)	Masculino	– 73,3%
	Feminino	– 26,7%
Faixa etária do beneficiado (%)	18-29 anos	– 34,2%
	30-39 anos	– 38,6%
	40-49 anos	– 18,1%
	Outros	– 9,1%
Naturalidade do beneficiado (%)	Paraense	– 95,3%
	Outros	– 4,7%
Grau de instrução do beneficiado (%)	Ensino Fundamental completo	– 12,2%
	Ensino Fundamental incompleto	– 51,2%
	Ensino Médio completo	– 16,7%
	Ensino Médio incompleto	– 9,8%
	Outros	– 10,1%
Estado civil do beneficiado (%)	Solteiro	– 37,9%
	Casado	– 22,1%
	Concubinato	– 39%
	Outros	– 1%
Tipo de Execução	Pena	– 21,2%
	Medida	– 78,8%
Tempo de duração da pena ou medida	Menos de 01 ano	– 73,1%
	De 01 a 03 anos	– 23,1%
	Mais de 03 anos	– 3,8%
Modalidade de pena ou medida alternativa	Serviço comunitário	– 75,1%
	Prestação pecuniária	– 23,2%
	Outras (LFS e ITD)	– 1,7%
Distribuição por delito	Art. 16 da Lei 6.368/76	– 33,9%
	Art. 155 do C.P.B	– 28,4%
	Art. 129 do C.P.B	– 12,8%
	Outros	– 24,9%

1 P.S.C. – prestação de serviço à comunidade • 2 P.P. – prestação pecuniária • 3 I.T.D. – interdição temporária de direitos • 4 L.F.S. – limitação de final de semana

Caso Dorothy

Dois condenados em menos de um ano

Nenhuma retrospectiva do TJE, em 2005, estaria completa sem mencionar um caso rumoroso e que trouxe profundo pesar a todo o povo paraense: o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, de 73 anos, no município de Anapu, na região conhecida como "Terra do Meio".

O julgamento dos acusados como mandantes e executores do crime foi um dos grandes desafios do TJE. Primeiro pela comoção e visibilidade nacional e internacional que provocou. Segundo, pela tentativa de federalização do processo. Tentativa, aliás, frustrada por decisão histórica do STJ, que rejeitou, por unanimidade, tal pedido.

Em menos de um ano, dois dos envolvidos no assassinato já foram condenados. O que demonstra, claramente, o compromisso do Judiciário paraense com a melhoria dos serviços que devolve aos cidadãos. Porque essa celeridade marcou não apenas o processo da missionária norte-americana. Mas vários outros casos de forte impacto social – e mesmo daqueles para os quais inexistiram os holofotes da mídia; basta ver o crescimento da produtividade do Tribunal, medida e publicada neste relatório.



Vale salientar, também, algumas das medidas tomadas pelo TJE, no decorrer deste ano, na área fundiária. A primeira, a portaria 0344/2005, da Presidência, que determinou o não-acolhimento, em todas as comarcas paraenses, de requerimentos ou petições em nome de Carlos Medeiros ou de quem o represente. Direcionada a todos os cartórios ou secretarias, notários, registradores e oficiais de registro de imóveis, a medida está fundamentada em três pedidos da Corregedoria de Justiça, inclusive quanto ao cancelamento de matrículas imobiliárias. Em várias denúncias, Carlos Medeiros é apontado como um "fantasma", criado por uma rede de grilagem.

Outra importante medida é a instalação da quinta Vara Agrária do Pará, que acontecerá em janeiro, no município de Redenção, graças a uma parceria entre o TJE e a Incra. A instalação desses juízos específicos objetiva, justamente, agilizar os processos que envolvem crimes como os praticados contra a missionária Dorothy Stang. E vai ao encontro de um forte anseio social, num estado onde impera o caos fundiário – cuja maior prova, talvez, é o patrimônio registrado pelo "fantasma" Carlos Medeiros. Um caos, diga-se de passagem, que não foi provocado pelo Pará e pelos paraenses. Mas por uma série de políticas federais equivocadas, que, há décadas, geram violência e devastação ambiental, em toda a região amazônica.

QUADRO DE ACESSOS AO JULGAMENTO DO CASO DOROTHY STANG (DOIS DIAS)

Rank	País de origem do acesso	Nº visualizações			
		Total	Link1	Link2	Link3
1	Brasil	8.060	2.594	2.862	2.604
2	Estados Unidos	1.014	504	288	222
3	Desconhecido	716	238	288	190
4	Uruguai	270	52	72	146
5	Itália	100	30	22	48
6	Bélgica	26	10	2	14
7	Reino Unido	12	6	2	4
8	Argentina	10	2	4	4
9	Portugal	4	4	0	0
10	França	4	2	2	0
11	China	4	0	0	4
12	Alemanha	2	2	0	0
13	União Européia	2	2	0	0
14	Japão	2	2	0	0
15	Áustria	2	0	2	0
16	Suécia	2	0	2	0
	Total	10.230	3.448	3.546	3.236

Crimes no campo

Pesquisa vai permitir melhor controle para maior celeridade processual

A correlação entre impunidade e violência é questão que não mais suscita maiores controvérsias.

Do mesmo modo, hoje, certamente, ninguém mais discorda de que a falta de uma política bem definida quanto à gestão dos processos judiciais que apuram graves infrações aos direitos humanos – tendo em mira, sobretudo, efetividade da justiça, mediante soluções rápidas e eficientes – contribui para o crescimento dessas infrações.

No caso das mortes resultantes da luta pela posse da terra, no nosso país, especialmente no estado do Pará, além das dificuldades ligadas à grande extensão territorial, agravadas pela falta de meios e vias de comunicação, bem ainda por carências de recursos humanos e materiais do Poder Judiciário Estadual, que só começaram a ser realmente supridas nos últimos cinco anos, a falta de política dessa ordem, vale dizer, de gestão dos processos judiciais destinados à apuração das responsabilidades, torna mais dramático esse quadro de impunidade e violência.

Convicto dessa realidade, o atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, diante dos reclamos de entidades da sociedade civil, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri), procurou obter, de seus representantes, dados a respeito das mortes ligadas à “questão fundiária”, ocorridas no Pará, de modo a iniciar pesquisa para quantificar os processos criminais em tramitação no Judiciário, tanto na Região Metropolitana de Belém, quanto no interior, bem como as fases em que se encontram, já que esse é, indubitavelmente, o ponto de partida para a adoção de uma política de gerenciamento.

Importa salientar que a primeira dessas entidades, isso é, a CPT, embora reiteradamente mencionasse, inclusive através da imprensa, a existência de 800¹ mortes de líderes de trabalhadores sem terra, ocorridas no Pará, nos últimos 30 anos, e apontasse a morosidade dos processos judiciais como indício de uma postura conivente do Judiciário Estadual e, em consequência, com a impunidade daí decorrente, nunca forneceu os dados disponíveis sobre essas mortes. Ao contrário, porém, a Fetagri, numa atitude demonstradora de que busca a efetiva apuração das mortes realmente ocorridas, e não apenas firmar-se no campo emocional/ideológico do denunciamento, entregou à Presidência do TJE todos os dados de que dispunha, os quais indicavam, inicialmente, a ocorrência de 578 mortes vinculadas à “questão fundiária”, e que foram complementados, posteriormente, para totalizar 590 registros.

Com base nesses dados fornecidos pela Fetagri, constituídos por uma relação indicativa dos nomes de um grande número de vítimas, dos autores apontados, bem como dos anos e locais de cada ocorrência, a Presidência do TJE, no mês

de abril de 2005, formou uma equipe de trabalho, composta pelo professor Raimundo Wilson Gama Raiol e pelo doutor Laércio Abreu, para, sob a sua orientação direta, e com o apoio dos juizes Leonardo Tavares e Célia Pinheiro, e do doutor Mário Tavares, chefe do Departamento de Informática do Tribunal, desenvolver pesquisa com o objetivo de determinar, com exatidão, todos os casos que realmente chegaram ao Poder Judiciário, os processos concluídos com julgamento ou as fases em que se encontram, de forma a compor um banco de dados e formular diretrizes para a condução mais célere desses processos, assegurando, assim, a efetividade da punição dos culpados.

Como uma pesquisa dessa ordem e com essa finalidade envolvia a busca de dados processuais em um grande número de comarcas estaduais, algumas muito distantes da capital, o que implicava diligências nas secretarias, em etapas sucessivas, inclusive através de fax, optou-se por adotar uma metodologia aberta à complementação constante desses dados, como meio de assegurar a permanente atualização e garantir o acompanhamento e a supervisão da tramitação processual, tendo em vista maior celeridade nas conclusões.

É importante salientar que o uso dessa metodologia teve por base a determinação da Presidência do Tribunal, constante de circular enviada a todos os Juízos onde tramitam os processos de apuração desses crimes, no sentido de que enviem à equipe de pesquisa, até o décimo dia de cada mês, as mutações havidas no curso processual, circunstância que permitirá um monitoramento destinado a prevenir delongas desnecessárias.

É lógico que o resultado de uma pesquisa assim desenvolvida é um produto, também, em constante mutação. De modo que o seu caderno de notas/relatório e os gráficos a partir daí construídos estarão, sempre, em constante elaboração, para refletir, com fidelidade, o andamento processual.



Por outro lado, impõe-se anotar que, como os dados iniciais, fornecidos pela Fetagri, deixavam muito a desejar em termos de precisão², têm sido muitas as dificuldades encontradas na comprovação de um grande número de casos indicados nos seus registros, o que tem prejudicado o desenvolvimento da pesquisa.

Daí porque, dos 590 registros constantes dos dados dessa entidade, até hoje, 467 casos, correspondentes a 79% daquele total, ainda não foram comprovados como casos de mortes decorrentes da luta pela posse da terra, sendo que 22, equivalentes a 4% do mesmo total, tiveram motivações diversas, inclusive latrocínio (quatro casos, ou 1%).

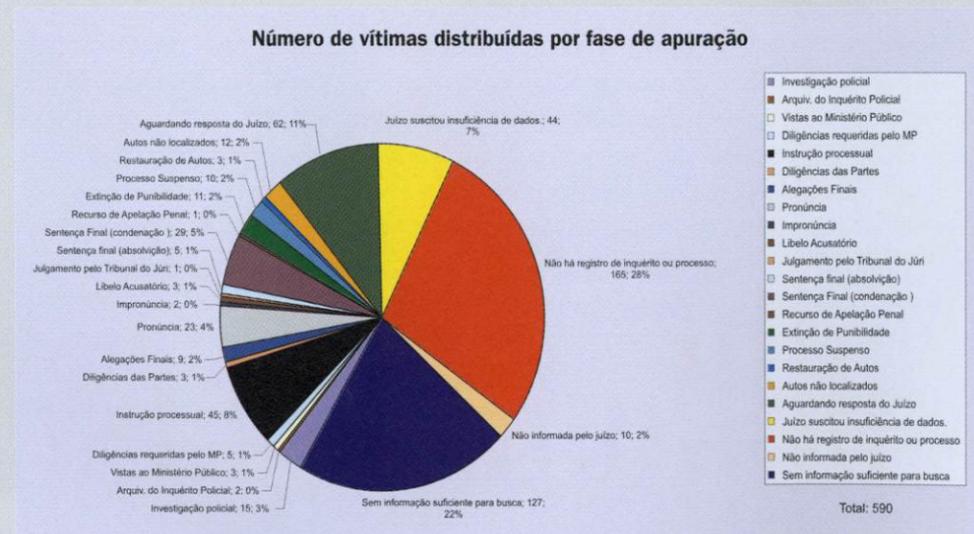
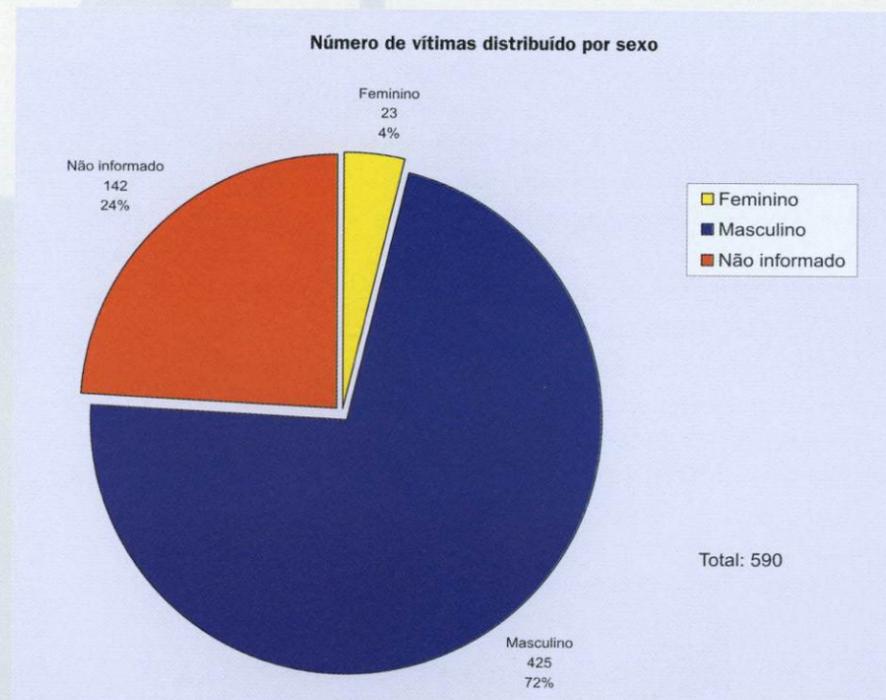
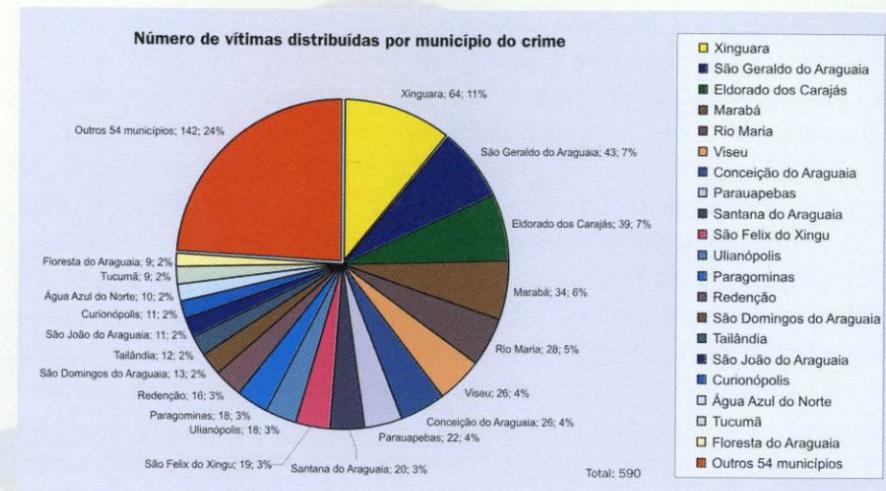
Também ainda hoje se apresentam elevados os casos em que as buscas têm sido frustradas e os dados são insuficientes para verificação, implicando em renovação de diligências, para maiores esclarecimentos.

Isso, porém, não tem impedido a adoção de providências efetivas, para que todos os processos dessa natureza caminhem mais rapidamente.

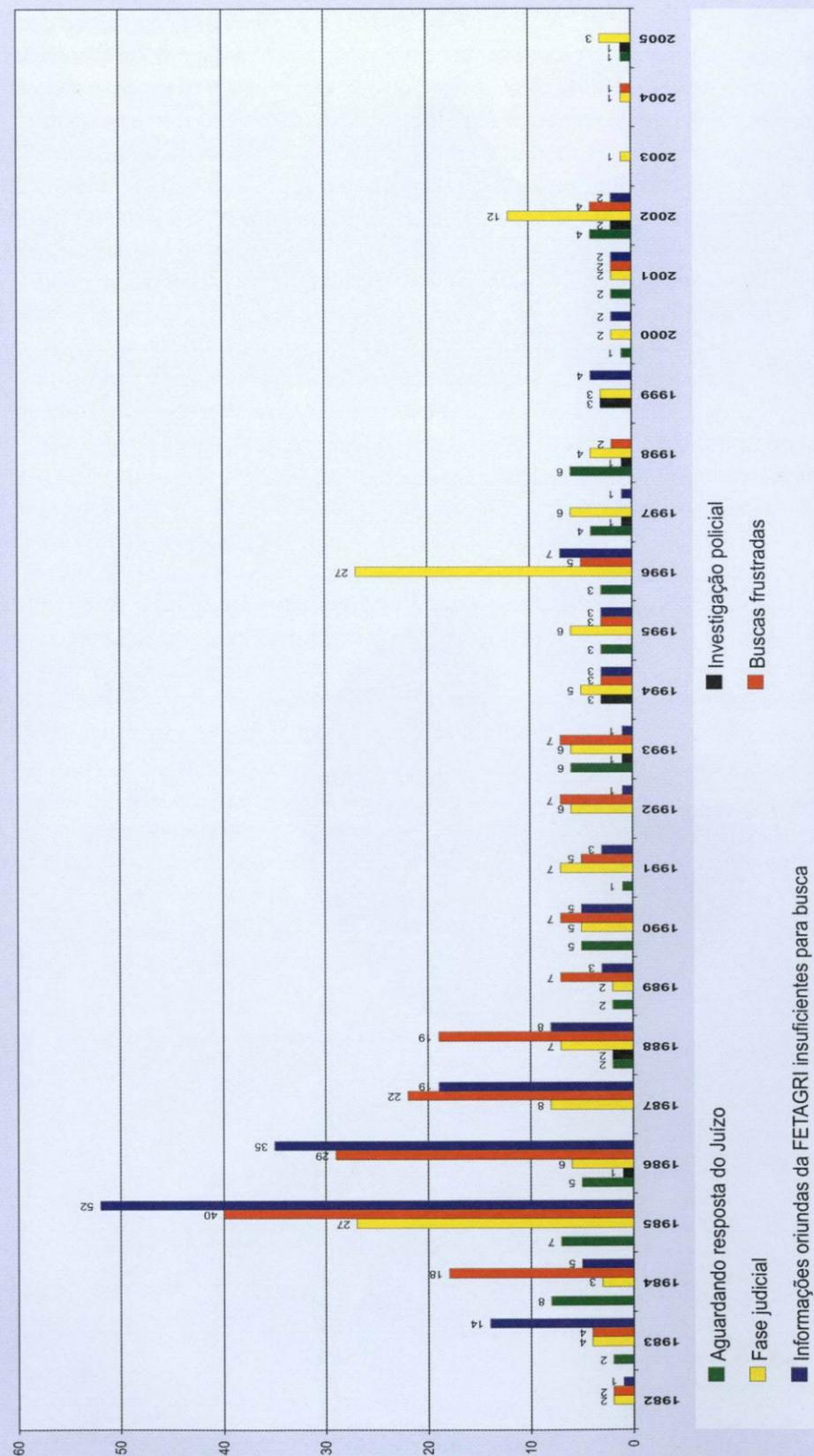
Com efeito, através do ofício circular nº 025, de 25.10.2005, a Presidência do TJE determinou que esses processos sejam agilizados, com a máxima prioridade, pelos Juízos em que tramitam. E, em audiência com o ministro da Justiça, no último 6 de dezembro, solicitou-lhe, obtendo resposta positiva, ajuda da Polícia Federal na prisão de alguns acusados pela prática desses crimes, que se encontram foragidos.

Passando a fornecer explicitações sobre o relatório preliminar e o gráfico em anexo, indica-se que fornecem a fase em que se encontra cada um dos processos e o resumo de sua situação, explicitando quando se trata de instrução, sentença, extinção da punibilidade ou de suspensão processual, além de apontar casos em que os autos não foram localizados ou não há registro de processo ou inquérito policial, bem como quando os Juízos ainda não prestaram informações, ou essas estão sendo aguardadas, em razão de diligências que foram renovadas junto àqueles.

No mencionado relatório, constam, também, o município do crime, a localidade e a data em que ocorreu o fato, o Juízo informante (compreendido como aquele competente para o processo, ou o que seria, no caso de não haver registro deste), o nome, a alcunha (quando houver) e o sexo da vítima; se era menor ou adulto (a), o nome do autor acusado e sua alcunha (se possível),



Número de vítimas distribuídas por Ano x Fase de apuração



- **Aguardando resposta do Juízo:** expectativa de que os juízos respondam às diligências que lhes foram endereçadas.
 - **Buscas frustradas:** abrangem situações em que os juízos informaram não haver registro de inquérito ou processo, ou quando os autos não foram ali localizados.
 - **Informações oriundas da FETAGRI insuficientes para busca:** compreendem as situações em que a FETAGRI não informou os nomes das vítimas nem dos acusados, inviabilizando a realização de diligências junto aos juízos, e também quando estes, em respostas às diligências, suscitarão insuficiência de dados informados por aquela entidade.

os números do inquérito policial e do processo, a fase de apuração, o resumo da situação (síntese das informações sobre o andamento do processo e diligências para saber de sua tramitação) e o número correspondente na listagem da Fetagri, com a motivação dos fatos, de modo a esclarecer se vinculados ou não aos conflitos pela posse da terra.

Esse relatório, por ser, como dito acima, preliminar, ainda se encontra em fase de análise e verificação. Contudo, é, indubitavelmente, um fato comprovador de que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará está implantando uma política pública para gerenciar o andamento dos processos penais que apuram mortes de líderes e trabalhadores do campo, visando implementar a prestação jurisdicional mais célere, em face desses eventos delituosos que constituem fortes infrações aos direitos humanos.

Serve, ainda, para desmentir os que procuram denegrir a imagem do Poder Judiciário Estadual, com meras afirmações retóricas e sem qualquer dado de prova concreto, a respeito da convivência e omissão que, irresponsavelmente, afirmam.

A morosidade na tramitação de alguns processos é um dado nacional, decorrente das leis processuais vigentes e da carência de recursos humanos e técnicos, que, até bem pouco tempo, enfrentava o Judiciário estadual. Hoje, porém, a realidade é outra e o número de mortes ligadas à luta pela terra, como demonstram os dados da pesquisa anexa, ainda que em fase de verificação, indicam declínio nesse quadro.

Por fim, cumpre, igualmente, salientar que bem demonstra essa nova realidade a rápida tramitação do processo relativo ao assassinato da missionária Dorothy Stang, cujas denúncias dos acusados foram recebidas em Juízo nos dias 07 e 09 de março e 12 de abril de 2005, e os primeiros acusados, mesmo tendo ocorrido recurso e o desaforamento do processo para Belém, foram submetidos a julgamento, pelo Tribunal do Júri, em 09 de dezembro de 2005 e condenados.



¹Note-se que a última vez que representantes da CPT se referiram a esse número, na presença da imprensa local, foi durante a visita que o irmão e o advogado da família da missionária Dorothy Stang fizeram ao Tribunal de Justiça. A partir daí, como o presidente do Tribunal contestou esse número, mostrando dados da pesquisa em andamento, essa entidade passou a afirmar a existência de 700 casos, porém sem fornecer as bases em que fundamenta esse novo número.
²Essa observação não tem qualquer conteúdo crítico, mesmo porque a Fetagri tem sido uma grande parceira do TJE, na construção de alternativas para combater a morosidade no andamento dos processos que apuram mortes decorrentes dos conflitos no campo. Apenas reflete a verdade quanto à imprecisão de conteúdo desses dados.



Eventos e visitas, num ano movimentado para o TJE

Posses e promoções de magistrados, vitaliciamentos, lançamento de livros, entrega de comendas: foram muitos os eventos que marcaram a agenda do TJE, em 2005. Ao longo do ano, o presidente do Tribunal, desembargador Milton Nobre, também recebeu a visita de várias autoridades, nacionais e internacionais. Acompanhe a retrospectiva:

FEVEREIRO



- Visita do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rossetto; do ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho; do senador Fernando Flexa Ribeiro; do prefeito de Belém, Duciomar Costa; dos alunos do curso de Direito da Unama.
- Encerramento do estágio de adolescentes atendidos pelo convênio entre o TJE e a Secretaria Especial de Proteção Social, através da Funcap. Dia 17, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Abertura da 1ª Reunião Anual da Magistratura do Estado do Pará. Dia 19, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.



MARÇO

- Visita da embaixadora do Canadá no Brasil, Suzane La Porte.
- Vitaliciamento de 22 novos juízes substitutos. Dia 16, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.



ABRIL

- Visita dos alunos dos cursos superiores de Tecnologia em Comunicação Jurídica e Comunicação Empresarial da FAZ.
- Assinatura do contrato de comodato entre o TJE e a Secretaria Especial de Defesa Social (Polícia Militar do Estado). Dia 08, no Salão Nobre do Tribunal.
- Apresentação do Projeto SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência. Dia 25, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Posse de 15 novos juízes substitutos. Dia 27, no Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.
- Culto ecumênico de celebração da Páscoa, Dia do Trabalho e Dia das Mães. Dia 29, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.



AGOSTO

- Visita dos alunos do curso de Direito da Unama.
- Comemoração do 178º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil e outorga da Ordem do Mérito Judiciário do TJE. Dia 11, na Estação das Docas.
- Abertura da exposição comemorativa “O Advogado e a Justiça no Estado do Pará”, também em comemoração ao aniversário dos cursos jurídicos. Dia 11, no Museu do Judiciário.
- Apresentação do vídeo institucional “Associação dos Amigos da Universidade Federal do Pará”. Dia 29, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Abertura da VII Semana da Saúde e Qualidade de Vida do Poder Judiciário. Dia 30, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

SETEMBRO

- Visita do cônsul geral do Japão no Pará, Shigeo Nakakarumai.
- Lançamento do 12º volume da série “Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará”, que homenageou o desembargador Manoel de Christo Alves Filho. Dia 02, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- “Primeiro Seminário Regional da Magistratura Paraense”. Dia 08, em Bragança.
- Visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré e celebração do Rito da Benção. Dia 30, no prédio do TJE e na praça República do Líbano.

OUTUBRO

- Outorga da Ordem do Mérito Judiciário. Dia 07, no Museu de Arte Sacra.
- Posse da desembargadora Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos. Dia 20, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

NOVEMBRO

- reinauguração do fórum Doutor João Batista Ferreira de Souza. Dia 18, em São Miguel do Guamá.
- reinauguração do fórum Pretor José Ribamar de Moura. Dia 18, em Salinópolis.

MAIO

- Posse de serventuários do TJE. Dia 03, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Assinatura de convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o TJE e o Governo do Estado, para a construção da nova sede do Tribunal. Dia 05, no antigo prédio do Colégio Lauro Sodré.
- “Federalização em Debate”, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Pará, com o apoio do TJE. Dia 06, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Posse dos desembargadores Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva, Constantino Augusto Guerreiro e Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. Dia 19, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.
- Vitaliciamento de 17 juízes substitutos. Dia 25, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

JUNHO

- Posse do desembargador Ricardo Ferreira Nunes. Dia 06, no Salão Nobre.
- Assinatura de convênio de cooperação técnica, material e jurisdicional, entre o TJE e a Prefeitura de Belém, para a agilização de ações fiscais. Dia 17, no Salão Nobre.
- Conferência “Endividamento rural, com ênfase para operações realizadas com recursos financeiros dos fundos constitucionais”, promovida pelo TJE, em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado do Pará e Federação da Agricultura do Estado do Pará. Dia 17, no Auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.

JULHO

- Lançamento da publicação “Guia Prático – Justiça e Comunicação Social”, editada pelo TJE, para subsidiar o trabalho dos jornalistas paraenses em matérias relativas ao Poder Judiciário. Dia 21, no Parque da Residência.





DEZEMBRO

- Visita da representante especial do secretário geral da ONU, Hina Jilani.
- “Segundo Seminário Regional da Magistratura Paraense”. De 01 a 03, em Santarém.
- Aniversário de criação da Assessoria Militar do TJE. Dia 08, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes.
- Promoção dos juízes Ademar Gomes Evangelista, Maria Laudelina da Rocha Barata Oliveira, Maria Betânia Paes Rodrigues e Edmar Silva Pereira, para a comarca da capital. Dia 09.
- Outorga da Ordem do Mérito Judiciário, em comemoração ao Dia da Justiça. Dia 12, no Museu de Arte Sacra.
- Inauguração do novo prédio do Juizado Especial do PAAR. Dia 12.
- Confraternização natalina. Dia 17, na Estação das Docas.
- Posse do desembargador Leonardo Noronha Tavares. Dia 19, no plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.



Ordem do Mérito reconhece a importância do trabalho de personalidades

A Ordem do Mérito Judiciário foi instituída através da Resolução 008/2005, de 1º de junho deste ano, para homenagear as personalidades que contribuem para o engrandecimento da Justiça, no estado do Pará. Foi outorgada em três ocasiões, homenageando, no total, 85 personalidades. A primeira cerimônia de entrega marcou o 178º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, em agosto.



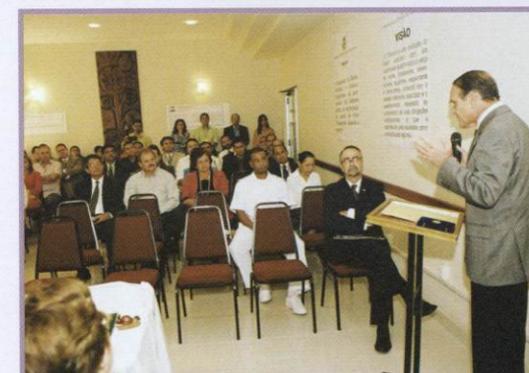
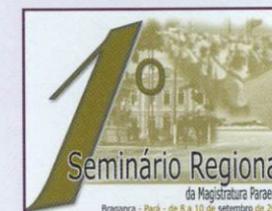
Troca de experiências foi a tônica de Seminários regionais com magistrados

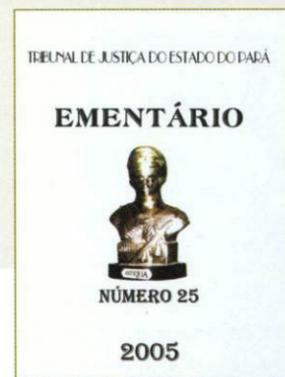
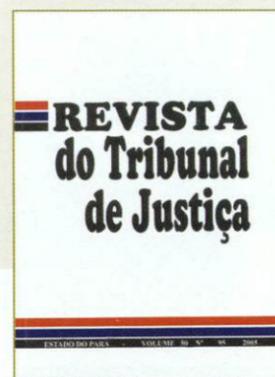
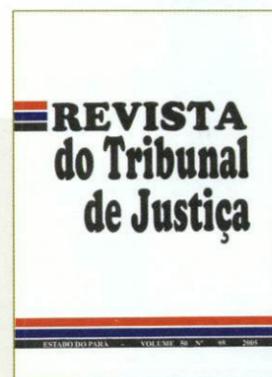
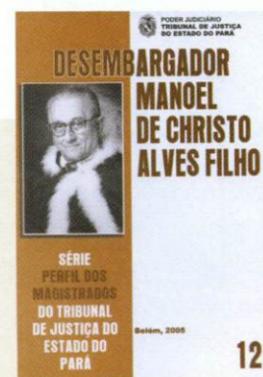
Cumprindo proposta contida no Plano de Trabalho elaborado pela atual administração (Projeto Antares), o Tribunal de Justiça realizou, em 2005, além da 1ª Reunião Anual da Magistratura, dois dos quatro Seminários Regionais previstos no documento, objetivando a atualização de conhecimentos.

O primeiro evento, ocorrido em 19 de fevereiro, foi a 1ª Reunião da Magistratura Paraense, que contou com a participação da quase totalidade dos magistrados de Belém e do interior. Naquela ocasião o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Milton Nobre, apresentou as propostas de trabalho para o biênio 2005/2006 e pediu a colaboração de todos para tornar o Judiciário mais moderno, célere e transparente. Especialmente convidado para o encontro, o ministro César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça, falou aos magistrados sobre o impacto da Emenda Constitucional nº 45, aprovada em dezembro de 2004 e que começou a vigorar em 2005. Ele também fez uma abordagem sobre a supressão das férias coletivas da magistratura.

O 1º Seminário Regional da Magistratura Paraense aconteceu em Bragança nos dias 9 e 10 de setembro reunindo 43 magistrados que atuam nas 38 comarcas e dois termos judiciários localizados no Nordeste paraense, e possibilitou também a maior integração entre os juízes e a direção do Poder. Temas ligados às áreas do Processo Civil, Processo Penal, Sucessão hereditária foram objeto de palestras proferidos por professores de renome como Zeno Veloso, José Henrique Moura e desembargador Rômulo Nunes, além do jornalista Mauro Bona que dissertou sobre as relações com a mídia.

Em dezembro foi realizado o 2º Seminário Regional da Magistratura Paraense, na comarca de Santarém, em Alter do Chão, nos mesmos moldes do primeiro encontro, com a participação de 28 juízes atuantes em 32 Comarcas do Oeste e Sudoeste do Pará e 10 desembargadores. Na abertura, o presidente do TJE chamou a atenção dos participantes para a necessidade de manter atualizados os dados estatísticos das comarcas, dando conta do quantitativo de audiências realizadas e sentenças proferidas. Ele informou que o Conselho Nacional de Justiça vai estabelecer o tempo médio para duração de cada processo, devendo fiscalizar e cobrar providências diretamente do juiz. Além dos temas diretamente ligados aos processos das áreas cível e penal, os professores Roberto Lauria e Gisele Góes falaram, respectivamente, sobre "Prisão cautelar: prisão em flagrante e princípio da razoabilidade dos prazos" e "Tutela de urgência".





Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Coordenação

Walbert da Silva Monteiro
Assessor Chefe do Cerimonial e Relações Sociais

Elaboração

Carlos Lavor Moreira
Secretário de Administração

Sueli Lima Ramos Azevedo
Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças

João Bosco Almeida de Carvalho
Diretor do Departamento Financeiro

Maria da Conceição Ruffeil Moreira
Diretora do Departamento de Documentação e Informação

Mário José Matos Tavares
Diretor do Departamento de Informática

Morgan Vaughan Gomes Parry
Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços

Neliane das Graças Pereira Colares
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Silene Bessa Campelo de Souza Menezes
Coordenadora de Engenharia e Manutenção

Maria Elizabeth Muniz Zemero
Assessora Jurídica da Administração (CPL)

Maria de Nazaré Rendeiro Saleme
Assessora Jurídica de Planejamento

Antônio do Carmo Freitas da Silva
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal

Edinaldo José de Melo Fernandes
Chefe da Divisão de Banco de Dados

Irédia Lúcia Silva Lisboa
Chefe da Divisão de Arrecadação Judicial

Maria Nídia Gomes Domingues
Chefe da Divisão de Administração de Pessoal

Nilce Longhi Ramoa
Chefe da Divisão de Sistemas

Maria Elizabeth Moraes da Ponte
Técnica de Planejamento

Ana Lucia Martins Dacier Lobato
Assessora de Planejamento

Redação final

Ana Célia Pinheiro
Walbert da Silva Monteiro

Fotos

Newton Ricardo Oliveira
Marcus Rocha
Departamento de Engenharia do TJE
Carlos Silva

Projeto gráfico e Editoração eletrônica
Andreson Vale

Impressão
Gráfica Alves

Visite o site
www.tj.pa.gov.br

N.Cham. 341.419709811 P221r 2005

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório de atividades : [ano 2005].



23440
5519

Ex.2 TJE-PA BTS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ